

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER



Trabalho de Conclusão de Curso

*Educação, Raça e Desigualdade Social: uma análise das
respostas institucionais da Universidade de Brasília aos
estudantes cotistas*

Juliana Soares Lima

-Brasília-

2007

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

**Educação, Raça e Desigualdade Racial: uma análise das
respostas institucionais da Universidade de Brasília aos
estudantes cotistas**

Monografia apresentada ao
Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília como requisito
para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Mário Ângelo
Silva

-Brasília-

2007

AGRADECIMENTOS

Reservo este espaço para agradecer às pessoas que participaram direta ou indiretamente para que este estudo fosse desenvolvido e chegasse a sua conclusão com êxito.

Inicialmente, agradeço ao Corpo Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, pela competência e pelo compromisso com um ensino de qualidade. Sem os seus ensinamentos, jamais poderia vivenciar esse momento tão esperado.

Ao meu orientador, o Professor Dr. Mário Ângelo, por toda presteza e atenção, a mim concedida, ao longo deste ano, em que estive sob sua orientação.

As professoras Débora Santos e Patrícia Pinheiro, por terem aceitado o convite de compor minha banca examinadora, contribuindo para a avaliação e aprimoramento deste trabalho.

Ao grupo Afroatitude da Universidade de Brasília, por toda atenção e solicitude a mim dispensada, bem como a todos os colaboradores do Centro de Convivência Negra e da Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas da Universidade de Brasília, aos quais eu dedico meu carinho e gratidão.

A meus pais, Júlio e Lourdes, pelo amor incondicional que sempre dedicaram a mim, e por serem meus maiores exemplos na luta por justiça social.

A meus irmãos, Luciana, Tiago e Afonso pela força e pela torcida. Sem vocês a minha vida não seria tão completa e divertida.

Às minhas irmãs de alma, Angélica, Camila, Isabella, Ivy e Talita, por terem tornados esses quatro anos tão especiais e inesquecíveis.

Ao meu amado Daniel, por sempre acreditar mais em mim do que eu jamais poderia fazê-lo.

À anjinha, por ser a lembrança mais doce e pura da minha vida.

EPÍGRAFE

Provérbio haitiano:

*Roch nan dlo pá
koné misé roch nan soley.*

*“As pedras na água
não conhecem a miséria,
de ser uma das pedras sob o sol”.*

RESUMO

Este estudo buscou analisar em que medida as respostas institucionais dadas pela Universidade de Brasília tem sido eficazes para garantir a permanência e fortalecer a identidade negra dos alunos cotistas. Para tal, foi feito um estudo de caso, na UnB, a fim de se conhecer, em profundidade, as experiências do Programa Afroatitude, do Centro de Convivência Negra e da Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas. Nesse sentido, foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores dos referidos programas, e foi feita a aplicação de questionários com os 23 alunos beneficiários dessas iniciativas, a fim de conhecer a sua perspectiva acerca dessas políticas. Ao final do estudo, foi constatado que a amostra de pesquisa considera que as ações tomadas pela UnB, são suficientes para fortalecer a identidade negra dos mesmos, entretanto, são insuficientes para assegurar a sua permanência na universidade. Logo, foi observada a necessidade de se aumentar os recursos disponíveis, com vistas à efetivação da inclusão desse segmento no ambiente universitário.

Palavras-chave: Educação, raça, política de cotas, assistência estudantil.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the efficiency of the institutional actions carried out by the University of Brasilia (UnB) to guarantee the permanence, and strengthen the black identities, of quota students. In search of such an analysis, a case study was done at the University of Brasilia. The purpose of the case study was to get a deepened knowledge about the experiences of the afro-attitude program (Programa Afroatitude), the black coexistence centre (Centro de Convivência Negra), and the Advisers office of diversity and support for “quota-people” (Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas). Three semi-structured interviews were held; each one with coordinators of the programs referred to. Questionnaires were answered by 23 students, all of whom are benefitting from these indicatives. Through this, knowledge of the students’ perspectives of the phenomena was achieved. In the end of the study it appears that the result of the research considers that the actions taken by the University of Brasilia are sufficient to strengthen the identity of the black individual. In the meantime, however, these actions are not sufficient to guarantee the permanence of the black student within the university. It was observed that an increase of the available resources is necessary, with an aim to consolidate the inclusion of this segment within the university ambient.

Keywords: Education; race; quota politics; student assistance.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1. CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 15 |
| 1.1 - Apreciações sobre o Método, Pesquisa Qualitativa e Estudo de Caso..... | 15 |
| 1.2 - Definição dos Instrumentos de Coleta de Dados e da Amostra..... | 16 |
| 1.3 - O Trabalho de Campo..... | 19 |
| 1.4 – Delineando a Análise dos Dados..... | 19 |
| 2. CAPÍTULO 2 - RACISMO E DISCRIMINAÇÃO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONJUNTURAL DA REALIDADE BRASILEIRA..... | 21 |
| 2.1 - Definindo racismo, preconceito e discriminação..... | 21 |
| 2.2 - A questão racial no Brasil e suas manifestações..... | 25 |
| 2.3 - O negro e a Educação: dados da desigualdade..... | 27 |
| 2.4 - O processo de formação da Identidade Negra no Brasil..... | 31 |
| 3. CAPÍTULO 3 - A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS..... | 35 |
| 3.1 - Políticas de ação afirmativa..... | 35 |
| 3.2 - A adoção do sistema de cotas nas universidades brasileiras..... | 37 |
| 3.3 - O Sistema de Cotas e a Universidade de Brasília..... | 39 |
| 3.4 - Respostas da Universidade de Brasília ao Sistema de cotas..... | 42 |
| 3.4.1 - O Programa Afroatitude..... | 44 |
| 3.4.2 - O Centro de Convivência Negra..... | 48 |
| 3.4.3 - A Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas da Universidade de Brasília..... | 50 |

| | |
|--|----|
| 4. CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DAS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA AO SISTEMA DE COTAS..... | 53 |
| 4.1 - A perspectiva dos coordenadores sobre as respostas institucionais da Universidade de Brasília ao sistema de cotas..... | 53 |
| 4.2 - A perspectiva dos estudantes cotistas sobre as respostas institucionais da Universidade de Brasília ao sistema de cotas..... | 57 |
| 4.3 - Conclusões e Ressalvas..... | 60 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 62 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 65 |
| ANEXOS..... | 68 |
| Anexo 1 - Questionário dos alunos do Centro de Convivência Negra..... | 68 |
| Anexo 2 - Questionário dos alunos do Programa Afroatitude..... | 70 |
| Anexo 3 - Roteiro de Entrevista do Coordenador do Centro de Convivência Negra..... | 72 |
| Anexo 4 - Roteiro de Entrevista da Vice-coordenadora do Programa Afroatitude..... | 73 |
| Anexo 5 - Roteiro de Entrevista com o Assessor da Vice Reitoria..... | 74 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PENADs - Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Universidade Federal do Pará - UFPA
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
Universidade de Brasília - UnB
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
Universidade Estadual da Bahia - UNEB
Universidade do Estado da Bahia - UEBA
Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ
Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF
Universidade Estadual de Londrina - UEL
Universidade Estadual do Mato-Grosso do Sul - UEMS
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
Universidade Estadual do Amazonas - UEA
Universidade Estadual de Goiás - UEG
Universidade de Campinas - Unicamp
Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
Universidade de Pernambuco - UPE
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS
Serviço de Orientação ao Universitário - SOU
Programa de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais - PPNE

Hospital Universitário de Brasília - HUB
Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos - CAEP
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - Neab
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - Ceam
EnegreSer - Coletivo de Estudantes Negros na UnB
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Centro de Convivência Negra – CCN
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
Ministério da Educação - MEC

INTRODUÇÃO

A presente monografia configura-se como requisito para a conclusão da graduação do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), tendo sido realizada sob a orientação do professor Dr. Mário Ângelo. Tem como objetivo a continuidade da pesquisa desenvolvida na disciplina Pesquisa em Serviço Social 02 intitulada de: *Educação, Raça e Desigualdade Social: uma análise do desempenho acadêmico dos cotistas da Universidade de Brasília*, realizada em 2006. A inspiração para a elaboração deste trabalho ocorreu nas disciplinas de Pensamento Negro Contemporâneo e Tópicos Especiais em Pesquisa Ser Social, oferecidas pelo Decanato de Extensão e pelo Departamento de Serviço Social, respectivamente, no primeiro semestre de 2007.

Inicialmente, é necessário compreender que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, em 1888, após ter recebido, ao longo de mais de três séculos, cerca de quatro milhões de africanos como escravos. Com o fim do regime, porém, a mão-de-obra negra não foi absorvida pelo mercado, e os ex-escravos, de maneira geral, se mantiveram marginalizados em relação ao sistema econômico vigente (HERINGER, 2002). Há mais de um século do fim do regime escravocrata, o negro encontra-se ainda, submetido a uma escravidão escamoteada, uma vez que os maiores índices de pobreza, desemprego, criminalidade, desnutrição, prostituição e analfabetismo concentram-se na população negra (PETRUCCELLI, 2004).

Nessa perspectiva, o sistema de cotas surge como uma ação afirmativa e visa dar respostas a essa desigualdade racial que atinge de modo particular a população negra. Esse sistema foi implementado na Universidade de Brasília, no ano de 2004, com o propósito de destinar 20% das vagas, em todos os cursos, a estudantes pretos e pardos. Com essa medida a Universidade de Brasília procurou romper com a lógica segregacionista da academia brasileira. Segundo Tragtenberg (2006), a exclusão da população negra no ensino superior é uma herança trazida dos ensinos fundamental e médio, já que em 2000, as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs) mostraram que, 22,7% dos brancos, com idade igual ou superior a 18 anos, concluíram o segundo grau, contra somente 13,3% dos negros. Apontaram, ainda, que a

escolaridade média dos negros em 1999 era de quatro anos e a dos brancos alcançava 6,3 anos. Neste, cerca de 2000 alunos cotistas estão inseridos nos 61 cursos de graduação oferecidos pela universidade.

De acordo com César (2005), porém, a maior parte dos estudantes cotistas das universidades públicas brasileiras apresenta um nível de renda inferior ao dos brancos e por isso, é de fundamental importância a implementação e a ampliação de programas que atendam a discentes de baixa renda, a fim de efetivar a inclusão dos cotistas nas instituições públicas brasileiras. Outro aspecto que merece destaque é a questão do fortalecimento da identidade negra desses estudantes. Segundo Munanga (2004), o fato de o racismo brasileiro ser assimilacionista fez com que o negro visse no ideário do embraquecimento uma forma de amenizar seus traços fenotípicos negróides. A população negra passou a acreditar que, por meio de cruzamentos sucessivos com indivíduos brancos, produziriam descendentes fenotipicamente caucasianos e, dessa forma, alcançariam um patamar de prestígio na sociedade. Tal fato enfraqueceu a idéia de pertencimento de grupo em grande parcela da população negra que não se auto-reconhece como tal.

Nesse sentido existe a necessidade de se promover ações voltadas para o fortalecimento da identidade negra dos estudantes cotistas da UnB. É importante considerar que a instituição tem buscado dar respostas a esse segmento, por meio da implementação, de iniciativas como o Programa Afroatitude, o Centro de Convivência Negra e a Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas, entre outras, que têm como propósito central a garantia da permanência dos alunos cotistas na universidade, bem como o fortalecimento da sua identidade negra.

Logo, é importante destacar que o objetivo central desta monografia foi analisar, por meio de um estudo de caso, em que medida essas respostas institucionais têm atingido os objetivos propostos. Para tal, levantou-se a seguinte pergunta de pesquisa: *Em que medida as respostas institucionais da UnB, como o Programa Afroatitude, o Centro de Convivência Negra e a Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas, na visão dos alunos beneficiários e dos coordenadores, têm garantido a permanência dos estudantes cotistas na universidade e têm fortalecido a sua identidade negra?* Tal indagação foi feita, pois se julga necessário conhecer as perspectivas dos alunos

diretamente beneficiados e dos gestores das ações, acerca das iniciativas implementadas.

Para responder essa pergunta foi levantada a seguinte hipótese: *as respostas institucionais adotadas pela UnB, na visão dos cotistas e coordenadores, têm sido insuficientes para garantir a permanência desses estudantes na universidade, bem como para o fortalecimento de sua identidade negra.* Nesse sentido, foi realizado um estudo de caso, com o intuito de levantar evidências para a formulação das afirmações que pudessem comprovar ou refutar a hipótese elaborada.

Diante do exposto, é oportuno considerar que essa monografia foi organizada em quatro capítulos. O primeiro trata do percurso metodológico seguido por esse estudo. Primeiramente, foi feita uma apreciação sobre o método, sobre a pesquisa social e qualitativa e sobre o Estudo de Caso. Em seguida, foram definidos os instrumentos de coleta de dados, como a entrevista semi-estruturada e os questionários como perguntas abertas e fechadas, bem como a amostra participante da pesquisa. Na seqüência, foi feita a descrição e a análise do trabalho de campo, ocasião em que foram pontuados os principais fatos ocorridos durante a sua confecção. Por fim, foi delineado o plano de análise dos dados, com ênfase na técnica de análise de conteúdo.

No segundo capítulo fez-se uma apreciação histórica e conjuntural da trajetória do negro no Brasil, enfatizando a problematização das categorias de racismo, preconceito, discriminação e identidade negra. Foi apresentado, ainda, um panorama das desigualdades entre negros e brancos no que se refere ao acesso aos bens públicos e, especialmente, à educação. A implementação do sistema de cotas nas universidades brasileiras foi o tema do capítulo três que avançou, também, nas definições das ações afirmativas e das cotas como critério de acesso ao ensino superior. Tratou, ainda, de analisar a experiência da implementação desse sistema na UnB. Houve, também, uma caracterização das respostas institucionais que têm sido adotadas pela universidade como o Programa Afroatitude, o Centro de Convivência Negra e a Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas.

No quarto e último capítulo foram analisados os dados obtidos. Para tal, esse tópico foi dividido em duas seções: uma direcionada à análise e apresentação dos resultados das entrevistas semi-estruturadas feitas com os coordenadores; a outra relativa aos questionários, com perguntas abertas e fechadas, dirigidos aos alunos

cotistas que são beneficiários diretos das respostas institucionais. Nas considerações finais apresentaram-se as conclusões gerais do trabalho de monografia, com a finalidade de reafirmar a importância do tema trabalhado e dos principais achados da pesquisa. Foram, igualmente, feitas algumas ressalvas concernentes ao estudo e apontadas possíveis pesquisas a serem feitas acerca dessa temática. Ao final, foi elencada uma série de propostas, sugeridas pelos alunos beneficiários, que apontam alguns caminhos a serem seguidos visando ampliar e efetivar a sua permanência na universidade e fortalecer a sua identidade negra.

1. CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 - Apreciações sobre o Método, Pesquisa Qualitativa e Estudo de Caso

A atividade científica é “uma forma de trilhar um caminho em busca de soluções para problemas cujo referencial teórico ainda não está suficientemente detalhado” (ALVES, 1995). O método científico, que é um desses enfoques de investigação dos fenômenos da realidade, consiste num conjunto ordenado de procedimentos que se mostraram eficientes na busca do saber, ao longo da história (ALVES, 1995). Nessa perspectiva, é oportuno afirmar que essa pesquisa adota o método do materialismo histórico-dialético. Tal abordagem, segundo Escobar (2002) caracteriza-se por constituir-se como um conjunto de doutrinas filosóficas que, ao rejeitar a existência de um princípio espiritual liga toda a realidade à matéria e a suas modificações. É uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. A análise materialista histórica parte do pressuposto que a produção é a principal estrutura da ordem social.

Acerca da dialética pode-se apontar que ela segue um esquema básico de tese, antítese e síntese. A tese é uma afirmação ou situação inicialmente dada. A antítese é uma oposição à tese. Do conflito entre tese e antítese surge a síntese, que, por sua vez, é uma situação nova que traz consigo as categorias que resultaram desse embate. A síntese, então, torna-se uma nova tese, que contrasta com uma nova antítese gerando uma nova síntese, em um processo contínuo (ESCOBAR, 2002).

Esse estudo se constitui, ainda, como uma Pesquisa Social e foram utilizadas técnicas de pesquisa qualitativa na fase de coleta e análise dos dados. É válido considerar que, a Pesquisa Social, de acordo com Soriano (2004) é um processo no qual, diversos níveis de abstração são articulados. Nesse sentido, determinados princípios metodológicos são cumpridos e vários processos específicos são articulados de maneira lógica, e se pautam em teorias, métodos, técnicas e instrumentos sistemáticos e adequados, com a finalidade de se chegar a um conhecimento objetivo sobre determinados fenômenos sociais. Desse modo, a pesquisa não fica isolada das condições sociais, idealmente propostas e interage com a sociedade, instituição, ou grupo que analisa.

A pesquisa qualitativa busca entender os fenômenos sociais em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, essa modalidade trabalha com descrições, comparações e interpretações. Pode-se destacar que é mais participativa e, portanto, menos controlável (SORIANO, 2004). Desse modo, a Pesquisa Qualitativa foi adotada, pois se que essa seja a forma mais adequada de se atingir os objetivos deste estudo. É importante destacar que, dentre as diversas técnicas da Pesquisa Qualitativa, optou-se por trabalhar com o Estudo de Caso. Tal técnica foi eleita, pois, segundo Bressan (2000):

[...] a preferência pelo uso do estudo de caso deve ser dada quando há o estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas. Apesar de ter pontos em comum com o método histórico, o estudo de caso se caracteriza pela capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências, documentos, artefatos, entrevistas e observações (BRESSAN, 2000, p. 3).

Logo, há uma adequação do Estudo de Caso com os propósitos desta pesquisa, já que se pretende solucionar questões analíticas do tipo “como” ou “por que” certos fenômenos ocorrem (YIN, 2005). O foco deste trabalho é um fenômeno contemporâneo, não manipulável, e o grau de intervenção que se pode ter na sua execução é reduzido, logo, utilizando essa técnica, acredita-se que os dados obtidos sejam mais reveladores e confiáveis.

1.2 - Definição dos Instrumentos de Coleta de Dados e da Amostra

O Processo de definição dos instrumentos de coleta de dados se deu, nas seguintes etapas: (1) levantamento bibliográfico acerca da temática; (2) definição da amostra de pesquisa; (3) elaboração dos instrumentos de coleta de dados; (4) realização de pré-teste com dois alunos cotistas do curso de Serviço Social, com a finalidade de testar e ajustar o instrumental escolhido; (5) execução da pesquisa de campo, aplicação dos questionários e entrevistas semi-estruturadas; (6) transcrição das entrevistas, análise dos dados obtidos e mensuração dos resultados.

A fase inicial de levantamento bibliográfico consistiu em identificar as principais referências do debate atual sobre a questão racial, enfatizando a trajetória histórica do negro no Brasil. Procurou-se aprofundar, especialmente, nas questões concernentes ao racismo, ao preconceito, à discriminação e à identidade negra, bem como sobre a discussão contemporânea das políticas de ação afirmativa, e a implementação de cotas, como critério de acesso nos diversos setores sociais.

No que se refere à definição da amostra, decidiu-se analisar o Programa Afroatitude, pelo fato de ele ter sido inicialmente, uma iniciativa do governo federal, por meio de uma parceria do Ministério da Saúde e do Programa Nacional de DST e AIDS, que teve como objetivo principal, garantir a presença dos estudantes cotistas dentro da universidade, bem como fortalecer a identidade negra, desses universitários. Atualmente, a Reitoria da Universidade de Brasília assumiu o financiamento do Programa, por isso, surgiu a necessidade de se conhecer se essa medida institucional, na visão dos estudantes e coordenadores, tem cumprido os objetivos propostos.

O Centro de Convivência Negra, por sua vez, foi eleito como espaço de análise, pois foi instituído como um ambiente de valorização da presença do negro na Universidade. Tem como objetivo o fortalecimento da identidade negra dos estudantes cotistas, tornando-se nesse sentido um objeto de interesse deste estudo. Assim sendo, pode-se apontar que se pretende analisar, na visão dos gestores e estudantes estagiários do CCN, em que medida suas ações têm garantido a permanência dos cotistas e fortalecido sua identidade negra. Da mesma forma, a Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas foi definida pelo fato de ser uma iniciativa da Reitoria que tem como propósito o acompanhamento dos estudantes oriundos do sistema de cotas. Isso ocorre porque seus objetivos incluem a gestão e a execução de políticas de valorização da diversidade e, ainda, a efetivação de parcerias internas e externas, com vistas na viabilização de recursos para oferecer apoio financeiro a esses estudantes. Nessa perspectiva, surge a necessidade de analisar se essas propostas estão sendo cumpridas.

Feita a seleção da amostra, partiu-se para a definição e confecção dos instrumentos de coleta de dados. Nessa etapa, optou-se por utilizar dois tipos distintos de instrumentos: a entrevista semi-estruturada, e o questionário com perguntas abertas e fechadas. A técnica da entrevista semi-estruturada foi escolhida, visto que, proporciona maior liberdade nas perguntas do entrevistador e nas respostas da amostra. O

entrevistador elabora um roteiro com os tópicos e questões que devem ser abordadas na entrevista, mas ao longo de sua aplicação pode acrescentar novas perguntas (LAVILLE; DIONE, 1999).

Nesse sentido, foram elaborados três roteiros de entrevista: um para o vice-coordenador do Programa Afroatitude da Universidade de Brasília; um para o coordenador do Centro de Convivência Negra; e, por fim, um para o um representante da Assessoria de Diversidade e Apoio aos Estudantes Cotistas. Tal amostra foi eleita, pois se avalia que esses sujeitos são informantes-chave, no que se refere à gestão e à execução das respostas institucionais que a UnB tem dado ao sistema de cotas.

Na etapa seguinte, foram elaborados dois questionários com perguntas abertas e fechadas. Essa modalidade foi utilizada, pois, segundo Soriano (2004) permite uma amplitude maior de respostas e possibilita melhor codificação dos dados coletados. Terminada a fase de confecção dos questionários, foi realizado um pré-teste com dois alunos cotistas do curso de Serviço Social da UnB, com o propósito de testar o instrumental adotado e de identificar possíveis falhas no método. Ao longo desse processo, foram identificadas ambigüidades em duas das perguntas dos questionários, que, posteriormente, foram modificadas e substituídas.

Logo em seguida, os questionários foram distribuídos a 20 alunos que participam do Programa Afroatitude da universidade, correspondendo a 55% da amostra, e, ainda, para três alunos, estagiários do Centro de Convivência Negra, equivalendo a 100%, desse contingente. Optou-se por analisar os alunos do Afroatitude e do CCN, pois, dentre os estudantes cotistas da UnB, eles são os beneficiários diretos das respostas institucionais. Nesse sentido, julga-se necessário conhecer as percepções que esse segmento tem das políticas a ele direcionadas.

É importante considerar que o presente estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pois se avaliou que tal processo seria moroso e constatou-se que a pesquisa não acarretaria riscos nem danos de origem material, física ou moral aos sujeitos envolvidos. Contudo, foi elaborado um termo de consentimento, contendo informações explicativas sobre a pesquisa. Esse documento garantia aos participantes o seu anonimato e a confiabilidade das informações fornecidas. Portanto, pode-se afirmar que só participaram do estudo indivíduos que haviam sido previamente

esclarecidos dos objetivos da pesquisa e que assinaram o termo de consentimento, concordando com os termos, nele firmados.

1.3 - O Trabalho de Campo

A pesquisa em questão ocorreu na Universidade de Brasília, pois se constatou a possibilidade de realizar um estudo de caso, em profundidade, nesse espaço. O trabalho de Campo durou cerca três semanas. Inicialmente, foram selecionados dois alunos cotistas do curso de Serviço Social, de forma aleatória, e que não fazem parte dos programas analisados, com a finalidade de se fazer um pré-teste. Tais alunos levaram os questionários para casa e o devolveram nos dias subsequentes. Nesse processo, como já foi colocado, houve a constatação de que duas perguntas do questionário eram passíveis de dupla interpretação. Portanto, as perguntas foram imediatamente alteradas e adequadas ao objetivo proposto.

Em seguida, foi feito o contato com um representante do Programa Afroatitude, do Centro de Convivência Negra e da Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas, ocasião em que foram agendadas as entrevistas. As três entrevistas ocorreram no mesmo dia e local e foram gravadas para posterior transcrição. Logo após, foi marcada a data da aplicação dos questionários com os alunos do Afroatitude e com os estagiários do Centro de Convivência Negra. No dia previsto, 12 alunos responderam aos questionários.

Foram necessárias mais duas visitas ao Programa para aplicação dos instrumentos e no final da aplicação houve um total de 20 questionários respondidos. Com os estagiários do CCN, o procedimento se deu da mesma maneira. Os três questionários propostos foram preenchidos. Dessa forma o total de estudantes que respondeu aos questionários foi de 55% e 100% da amostra do Programa Afroatitude e dos estudantes estagiários do Centro de Convivência Negra, respectivamente.

1.4 – Delineando a Análise dos Dados

O percurso da análise constituído nesta pesquisa ocorreu da seguinte forma: inicialmente, foi feita a transcrição das três entrevistas, visando à análise qualitativa das

informações obtidas. A partir da transcrição, houve uma leitura global das entrevistas, com a finalidade de selecionar, organizar e classificar os principais fatos e elementos comuns nas falas, com o intuito de que fossem transformados em evidências de pesquisa. Nesse momento, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo que, segundo Bardin (*apud* GODOY, 1995) o termo:

[...] recobre um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, *apud* GODOY, 1995, p. 23).

Seguindo essa lógica, a análise de conteúdo pode, de acordo com Laville e Dionne (1999), propor tanto uma análise quantitativa quanto qualitativa. No primeiro caso, depois de ter agrupado os elementos dos conteúdos em categorias, pode-se construir distribuições de frequências e outros índices numéricos aplicando, desse modo, o aparelho estatístico habitual. Já a abordagem qualitativa, embora se sustente, também, numa categorização dos elementos, não os reduz a uma simples determinação de frequência, como se fossem equivalentes, mas mantém as peculiaridades e as características próprias dos elementos, estabelecendo relações entre as unidades propostas. Nesse sentido, é oportuno afirmar que o caminho seguido por essa pesquisa, no que se refere à avaliação das entrevistas, é de análise de conteúdo qualitativa.

É importante considerar que a mesma técnica foi aplicada à análise dos dados coletados nos questionários. Nas perguntas fechadas, foi utilizada a análise de conteúdo quantitativa, uma vez que essa técnica permitiu melhor codificação das informações obtidas. Já nas perguntas abertas utilizou-se a análise de conteúdo qualitativa. Para tal, as respostas foram categorizadas em áreas temáticas e agrupadas de acordo com seu grau de concordância com as demais. Desse modo, os dados foram ordenados segundo as categorias de análise a qual se relacionavam. É pertinente destacar que as respostas que divergiram das demais não foram descartadas, ao contrário, foram reagrupadas, entre si, com a finalidade de mostrar as opiniões dissidentes.

2. CAPÍTULO 2 - RACISMO E DISCRIMINAÇÃO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONJUNTURAL DA REALIDADE BRASILEIRA

2.1 – Definindo Racismo, Preconceito e Discriminação

O debate sobre as relações raciais no Brasil é caracterizado por uma diversidade de definições e conceitos. Atualmente existe uma série de estudos e de publicações distintas, que trata da questão do negro e de suas relações com a sociedade. Diante dessa amplitude e variedade de abordagens e interpretações, é importante estabelecer a caracterização das categorias de análise que servirão como marco conceitual para esse estudo.

Inicialmente, é pertinente destacar que serão consideradas negras todas as pessoas que se auto-classificam como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal abordagem será utilizada, pois segundo Santos (2005), os dados apontam que os grupos sociais compostos de indivíduos pretos e pardos possuem histórias de vida similares, entre si, e acentuadamente diferente da dos brancos:

[...] ante a semelhança estatística entre pretos e pardos em termos de obtenção de direitos legais e legítimos, pensamos ser plausível agregarmos esses dois grupos raciais numa mesma categoria, a de negros. (...) a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum (SANTOS, 2005, p.13).

Diante do esclarecimento acima expresso, se faz necessário discorrer acerca da categoria raça. Segundo Paixão (2006), esse termo foi cunhado pela elite européia no período das Grandes Navegações, contudo, teve grande utilização ao longo do século XIX, com a consolidação do capitalismo imperialista. O uso desse termo se deu, historicamente, para justificar de modo cultural, étnico-racial e religioso, a dominação e a escravização dos povos dos continentes americanos, asiáticos e africanos ou quaisquer outros povos que se diferenciavam, fenotipicamente, dos europeus. Nessa perspectiva,

segundo Gomes (2005), pode-se compreender que as raças são construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico.

Na segunda metade do século XIX, sob a inspiração da teoria da evolução das espécies desenvolvida por Charles Darwin, várias correntes intelectuais européias se apoderaram de mecanismos que elas próprias denominavam como científicos, para determinar que a raça humana não pudesse ser considerada una e homogênea e, dessa forma, passaram a hierarquizar os diferentes grupos raciais de acordo com suas capacidades físicas, mentais e morais. Tais teorias afirmavam que, por meio de uma seleção natural, as raças mais fortes e poderosas seriam, naturalmente, predestinadas a dominar as demais (PAIXÃO, 2006).

Nesse contexto, de acordo com Santos (2005), o racismo pode ser definido como o pressuposto da superioridade de uma raça sobre a outra, no qual ocorre a valorização dos traços fenotípicos de determinado grupo racial enquanto as características físicas, morais, intelectuais do outro grupo são inferiorizadas. Essa compreensão, ainda, de acordo com Paixão (2006), serviu de fundamentação para as elites européias, japonesas e norte americanas, consolidarem a política imperialista que seguiam no controle dos países africanos e asiáticos, e na dominação política e econômica da América Latina. Esse modelo embasou, também, as correntes nazistas e fascistas que desencadearam duas grandes guerras mundiais, bem como para o regime de *apartheid* ocorridos na África do Sul.

D'adesky (2001), por sua vez, destaca que o racismo é um comportamento social que se expressa de diversas maneiras em diferentes contextos e sociedades. Segundo ele, o racismo ocorre de duas formas principais: a individual e a institucional. No âmbito individual, ele se manifesta por meio de práticas discriminatórias praticadas por um grupo de indivíduos para com os outros. Pode atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens e assassinatos. Um exemplo desse tipo de racismo é o regime do *apartheid*. No Brasil, essa forma de racismo é constantemente praticada, contudo, os meios de comunicação camuflam as informações, e tais acontecimentos raramente são noticiados.

Já na esfera institucional, o racismo ocorre por meio de práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. É caracterizado por

todas as formas de discriminação perpetradas pelo Estado e pelas instituições nos seus processos de seleção e promoção de funcionários, bem como pelas escolhas de áreas prioritárias para investimentos públicos, na publicidade das ações do governo, no modo de funcionamento da rede pública de educação e saúde e, finalmente, nas ações de aparato policial (D'ADESKY, 2001). De acordo com Paixão (2006), essa forma de racismo é negada pelo Estado e suas instituições, pois, de acordo com o artigo quinto da Constituição da República Federativa do Brasil, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Entretanto, a forma com que as instituições estatais desenvolvem suas ações, evidencia que as questões sociorraciais nunca são priorizadas pela ação estatal.

Pode-se destacar que com o final da Segunda Guerra Mundial, as correntes científicas, em especial as ciências biológicas e sociais, desmoralizaram completamente as fundamentações ditas científicas que possuíam um cunho racista. Segundo Paixão (2006), criou-se, portanto, uma concepção moral anti-racista que se tornou hegemônica. Recentemente, houve avanços nos estudos da genética, a partir da análise da estrutura do DNA, demonstrando que 95% da variabilidade dos genes do ser humano é encontrada dentro do mesmo grupo, sendo que as variações entre os grupos raciais diferentes dependeriam de 0,005% do genoma humano. Diante dessas constatações, é possível afirmar que a espécie humana é uma só e que não existe a menor possibilidade das diferenças fenotípicas, determinarem a capacidade moral, psíquica e intelectual de um indivíduo. Com base nessa perspectiva, é correto assegurar que, no plano biológico, as raças humanas não existem (PAIXÃO, 2006).

É importante considerar, entretanto que, apesar de a categoria raça inexistir, no âmbito biológico, ela existe no plano social. Segundo Paixão (2006), isso pode ser afirmado, já que a origem de um indivíduo, sua aparência física, a cor de sua pele, sua cultura e seus traços identificadores, como religião, vestuário e sotaque, são amplamente utilizados para estabelecer relações hierarquizadas entre pessoas e grupos sociais. Dessa forma, a criação de uma lógica que vise superar o racismo não pode se basear no fato de que não existem raças humanas, visto que tal perspectiva pode gerar uma insensibilização na opinião pública diante desse problema.

Ao mesmo tempo em que, biologicamente a humanidade não se divide em raças, é também verdade que esses critérios, apesar de não se configurarem reais no plano

genético, continuam servindo de fundamentação para a opressão de diversos grupos humanos que possuem determinada característica fenotípica em comum (PAIXÃO, 2006). Assim, não há porque desprezar o fato de que, para além dos avanços científicos da genética, o racismo existe no plano sociocultural, já que milhares de pessoas são discriminadas por sua origem, aparência física ou aporte cultural.

Diante do exposto, é pertinente explicitar que o presente estudo utilizou as categorias raça e racismo, não do ponto de vista raciológico de superioridade de uma raça em detrimento da outra, mas sim na perspectiva sócio-histórica, na qual a população negra, historicamente, foi subjugada e oprimida. Dessa forma, a negação do racismo social, apenas contribui para reprodução da concepção de que não existe racismo no Brasil. Portanto, é necessário o reconhecimento da existência dessa categoria para que a partir daí sejam tomadas providências efetivas para a sua superação, também, no âmbito social.

No que se refere ao preconceito, Gomes (2005) o define como “um julgamento negativo e prévio dos membros racial de pertença, de uma etnia, uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo”. As atitudes preconceituosas baseiam-se em conceitos e opiniões inflexíveis, que não possuem conhecimento aprofundado, ou sequer fazem ponderações dos fatos reais. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos, bem como a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e do outro (GOMES, 2005).

Bernd (apud Gomes, 2005) alega que o indivíduo preconceituoso adota determinada posição e se nega a aceitar ou conhecer as idéias e atitudes tomadas pelo outro. Portanto, seu comportamento passa a ser dogmático, já que ele não dá abertura ao conhecimento de perspectivas que se diferem das dele, o que poderia levá-lo a reavaliar suas posições. Gomes (2005) salienta, ainda, que o preconceito não é inato, mas é aprendido socialmente pelos seres humanos, por meio do processo de socialização o qual os indivíduos são submetidos ao longo de suas trajetórias. Seguindo essa lógica, pode-se afirmar que uma criança não nasce preconceituosa, ela aprende tal comportamento quando entra em contato com as instituições sociais, nas quais, se insere, tais como a família, a vizinhança, a escola, a igreja, entre outros. Essas esferas é que reproduzem os valores e as concepções hegemônicas que acabam sendo assimiladas

pela criança, que, por sua vez, passa a reproduzir as atitudes preconceituosas (GOMES, 2005).

No que tange à discriminação racial, Gomes (2005) aponta que essa pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito situam-se no plano das doutrinas e julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a efetivação de tais concepções. Segundo Jaccoud e Beghin (2002), é possível compreender a discriminação racial em duas categorias: a discriminação direta e a indireta. A primeira seria aquela derivada de atos concretos de discriminação em que o indivíduo discriminado é excluído expressamente em razão de sua cor. A segunda, por sua vez, não provém de atos concretos ou manifestações expressas de discriminação por parte de quem a pratica. Constituem-se de práticas administrativas, empresariais ou de políticas públicas, aparentemente neutras, que são dotadas de grande potencial discriminatório.

A discriminação indireta é a forma mais grave de discriminação, uma vez que, geralmente, cria estereótipos sobre o negro e é exercida no âmbito administrativo e institucional. Pode ser constatada por meio de avaliações, nas quais indicadores raciais são levados em consideração. Na análise dos dados, constata-se que os indicadores socioeconômicos são desfavoráveis a determinado grupo racial quando comparados a outro grupo (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

2.2 – A questão racial do negro no Brasil e suas manifestações

No período pós-abolição, correspondente ao final do século XIX e início do século XX, a elite brasileira se deparou com a necessidade de construir uma identidade nacional. A partir daí, vários pensadores apresentaram diferentes concepções em busca de uma identidade étnica única para o país. Dentre as diversas visões que surgiram destaca-se a de Sílvio Romero que chama atenção para o fato de que a população brasileira foi constituída a partir do cruzamento de três raças (branca, negra e índia) distintas que poderiam fornecer ao país, uma feição própria e original (MUNANGA, 2004). Desse modo acreditava-se no nascimento de um povo tipicamente brasileiro, resultante da mestiçagem entre essas raças e cujo processo de formação estava ainda em curso. Esperava-se, porém, que a partir desse processo de mestiçagem ocorreria uma

predominância biológica e cultural branca, o que, conseqüentemente, ocasionaria o desaparecimento dos elementos não-brancos (MUNANGA, 2004).

Paixão (2006), por sua vez, propõe que a formação da identidade brasileira foi instituída em torno da democracia racial. Tal discurso ideológico defende que, no Brasil todos os grupos raciais que constituem a população nacional convivem harmoniosamente, e não existem diferenças ou preconceitos de um segmento e relação ao outro. Ainda segundo Paixão (2006), esse fato teria impossibilitado os brasileiros de adotarem práticas agressivas de ódio e conflito racial, sendo responsável pela constituição de uma sociedade tolerante do ponto de vista racial e étnico.

Santos (2005), por sua vez, aponta que tal concepção também se constitui em um mito, pois não corresponde à realidade histórica e social dos fatos, já que a forma com que o racismo brasileiro se configurou foi encoberta por uma falsa ideologia de igualdade universal de oportunidades. Os fatos, entretanto, mostram que o negro sempre esteve submetido à opressão, ao preconceito e à discriminação, sendo, portanto, vítima de um racismo assimilacionista que o impossibilitou de se articular contra a pobreza material, política e intelectual que lhe foi imposta.

Logo o mito da democracia racial, ao acobertar o preconceito e o racismo praticados contra os negros do quadro social brasileiro, constituiu-se em um poderoso mecanismo de subordinação ideológica da população negra. De acordo com Gomes (2005), essa ideologia pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil, afirmando que entre esses dois grupos raciais existe uma situação de igualdade de oportunidades e de tratamento. Visa, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros, e ao mesmo tempo, procura perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo.

Gomes (2005) destaca, ainda, que essa concepção de democracia racial, além de ser não realista, foi muito útil para as elites do poder, sobretudo, nos momentos históricos em que o país viveu sob regimes ditatoriais. Isso pode ser afirmado, já que era muito conveniente para o poder estatal divulgar para o Brasil e para o mundo uma visão idealizada da configuração das relações raciais brasileiras, encobrindo o racismo, a discriminação e as desigualdades históricas e conjunturais entre a população negra e a branca. Outro ponto que merece destaque é o fato que no Brasil, o racismo não ocorre de maneira ostensiva e explícita. Ao contrário, a população brasileira não se auto

classifica como racista e afirma que todos possuem as mesmas oportunidades, logo, aqueles que não se esforçam o suficiente não ascendem socialmente. Neste sentido, há uma culpabilização dos negros e dos pobres pelo seu fracasso social (GOMES, 2005).

Paixão (2006) coloca, contudo, que, apesar de o preconceito racial não ser verbalizado no país, ele se manifesta, em geral, em momentos de conflito pessoais e profissionais. Por sua vez, as formas sutis e veladas de discriminação dos negros não se constituem em um dado secundário da realidade brasileira, sendo, pelo contrário, um mecanismo de perpetuação de assimetrias e desigualdades, bem como um produtor de ressentimentos e bloqueio de capacidades individuais. Vale ainda salientar que a população negra ocupa os piores lugares nos indicadores sociais, podendo ser destacados entre eles: a precocidade do ingresso no mercado de trabalho, as elevadas taxas de desemprego, as dificuldades de acesso às escolas e às universidades, os altos índices de criminalidade, narcotráfico, prostituição e violência urbana que tem como atores principais os negros.

Logo, o preconceito racial e o racismo no Brasil se manifestam de várias formas, sendo elas: no cotidiano das relações pessoais, na mídia, nas empresas, nas escolas, no convívio escolar, nos livros didáticos, nas estruturas curriculares, nas bolsas de pesquisa concedidas, nas lojas, nas livrarias, nas bibliotecas, nos hospitais, nas clínicas médicas e nos postos de saúde, nos tribunais, nas delegacias, nos processos eleitorais e até mesmo no interior das famílias que tendem a dar preferência aos filhos de pele mais clara (PAIXÃO, 2006).

2.3- O Negro e a Educação: dados da desigualdade

As desigualdades sociais no Brasil constituem hoje um dos mais graves problemas a ser enfrentados pelo Estado e pela sociedade civil. Segundo Jaccoud e Theodoro (2005), a parcela pobre da população equivale a aproximadamente 1/3 do contingente populacional, o que corresponde a cerca de 55 milhões de pessoas. A reprodução da pobreza no país, contudo, possui uma particularidade, é um fenômeno histórico e social que se expressa por meio de uma regulação perversa, na qual a sociedade produz pobreza tanto nos períodos de crise econômica quanto nas fases de crescimento econômico (JACCOUD; THEODORO, 2005).

É importante destacar, entretanto, que essa reprodução da pobreza e miséria é condicionada por diversos fatores: regionais, já que existe uma concentração de riqueza na região Sudeste, em detrimento da região Nordeste; locais, já que nas áreas urbanas a população pobre é segregada nas grandes favelas; fatores de gênero, pois uma parcela significativa das mulheres permanece nos extratos de baixa renda; e finalmente, fatores relacionados à origem étnica, já que a maioria da população que está situada abaixo da linha da pobreza é negra (JACCOUD; THEODORO, 2005).

Os dados coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA expressam de forma clara as desigualdades sociais existentes entre negros e brancos. As pesquisas realizadas apontam que a população negra é sempre mais penalizada no que se refere ao acesso dos bens e serviços públicos. Isso pode ser verificado a partir dos levantamentos feitos pelo IBGE no ano de 2001. Quanto à renda, percebe-se que, naquele ano, a média da renda *per capita* familiar da população branca foi de R\$ 481,60 enquanto a da população negra foi de R\$ 205,40, ou seja, os negros ganharam, em média, menos da metade do que os brancos receberam (JACCOUD; THEODORO, 2005).

Os indicadores mostram ainda que os negros possuem as piores posições no mercado de trabalho, as maiores taxas de desemprego, a maior acessibilidade ao mercado informal, os mais baixos níveis de cobertura no sistema previdenciário e os mais altos índices de trabalho infantil. Constituem, ainda, a maior parcela das populações residentes nas favelas, sendo que o percentual da população negra favelada, 6,1%, é mais que o dobro do índice da branca, 3,0%. No que se refere à cobertura de serviços como abastecimento de água, saneamento básico, acesso à energia elétrica e à coleta de lixo, pode-se afirmar que ela é muito menor nos locais onde o segmento negro da população reside (JACCOUD; THEODORO, 2005).

Todos os indicadores descritos acima mostram a precária situação, a qual a população negra é submetida. Diante desse quadro, vários autores e especialistas alegam que um dos caminhos para a reversão desse quadro social, é a educação, já que essa se constitui em um meio eficaz de mobilidade social, e que gera melhores condições de vida, para o grupo beneficiário. O Brasil adota um modelo de ação educacional universalista que, em tese, oferece oportunidades iguais a todos os seus cidadãos. Na prática, contudo, o que se percebe é uma reprodução de todas as disparidades presentes

nos outros indicadores, sendo a população negra, mais uma vez é colocada à margem, também, no sistema educacional brasileiro (JACCOUD; THEODORO, 2005).

De acordo com Henriques (2001), existem três elementos principais que definem o perfil da escolaridade dos brasileiros, são eles: a distribuição dos níveis de escolaridade que leva em consideração a origem étnica das pessoas as taxas de analfabetismo dos indivíduos com mais de 15 anos de idade e a escolaridade média da população adulta. Tais categorias de análise externam a desigualdade de oportunidades entre brancos e negros no domínio da educação, pois servem como parâmetros estruturais da discriminação racial expressa em termos de escolaridade da sociedade brasileira.

Nesse sentido, os dados coletados pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs), nos anos de 1995 e 1999, mostraram que a distribuição da escolaridade entre os negros é significativamente pior do que entre os brancos, sendo que o peso relativo dos níveis de mais baixa escolaridade é maior na população negra do que entre a branca. Evidenciaram ainda que, à medida que se avança para níveis superiores de escolaridade, os negros perdem posições significativas perante os brancos.

As pesquisas apontam que o analfabetismo funcional, correspondente a três anos de estudo, incide sobre cerca de 40% do total da população branca enquanto esse valor encontra-se em torno de 55% para a população parda e negra. Além disso, foi observado que cerca de 19% da população branca tem 11 anos ou mais de estudo, entretanto, menos de 8% dos negros atingem esse patamar de escolaridade. Outro dado que chama atenção é o fato de o número de brancos com curso superior completo, superar em cinco vezes o dos negros.

A alfabetização é uma das características mais elementares que compõem o conjunto de oportunidades básicas necessárias para assegurar aos indivíduos condições mínimas de cidadania e equidade social. Desse modo, eliminar o analfabetismo é um desafio histórico para qualquer sociedade contemporânea (HENRIQUES, 2001). No entanto, o recorte racial explicita, no domínio da alfabetização, um cenário de fragilidade de oportunidades entre brancos e negros, já que a incidência do analfabetismo e, portanto, a privação dessa característica das oportunidades básicas do indivíduo, é maior entre os negros.

É pertinente considerar que ambos os grupos de negros e brancos melhoraram suas taxas de escolarização líquida, na última década (período correspondente a 1992 e 2001), já que em 1992, a taxa de escolarização líquida para o Ensino Médio era de 27% da população branca e de 15 a 17 anos, e de 9% da negra, de mesma idade. Já em 2001, observa-se aumento nas taxas sendo que a população branca atingiu um patamar de 51% de escolarização e a negra 25%. Nota-se que, apesar de ter havido melhoria geral dos índices, a distância que existe entre os dois grupos aumentou, já que em 1992 ela era de 18% e, em 2006, o número subiu para 26% (JACCOUD; THEODORO, 2005).

Grande parte dos pesquisadores sociais diria que tais disparidades ocorrem devido, exclusivamente, às diferenças econômicas, sendo que o grupo branco, por ter mais acesso aos bens e serviços, teria, conseqüentemente, melhores índices no âmbito educacional. Exercícios desenvolvidos pelo IPEA, contudo, revelam que, mesmo quando o nível socioeconômico é controlado, as taxas de escolarização dos alunos negros são inferiores as dos brancos (ALBENAREZ, *et al*, 2002). Tal constatação aponta que, mesmo quando os alunos possuem os mesmos níveis de renda, existe uma sobreposição do grupo branco em detrimento do negro.

Logo, as desigualdades educacionais existentes entre os alunos brancos e negros não podem ser explicadas e analisadas somente no âmbito econômico, deve-se atentar também para outras questões que igualmente promovem defasagens no ensino, como o racismo e a discriminação racial. Dessa forma, constata-se que parte significativa das diferenças encontradas, nesse campo, pode ser atribuída a alguma forma de discriminação que impacta negativamente no desempenho dos alunos negros (JACCOUD; THEODORO, 2005).

O racismo e a discriminação não geram desigualdades apenas no campo educacional, da mesma forma são responsáveis por grandes disparidades na remuneração oferecida a brancos e negros. Em 2003, o IBGE lançou os dados da pesquisa que compara a renda da população branca e negra ocupada e com os mesmos anos de estudo. Os números indicaram que, em qualquer dos grupos, os negros recebem um rendimento menor que o dos brancos e que quanto mais se aumenta o número de anos de estudo, mais aumenta a diferença de renda, em detrimento dos negros (JACCOUD; THEODORO, 2005).

Tal pesquisa mostrou que, em 2001, considerando o grupo com até quatro anos de estudo, o rendimento dos brancos era de R\$ 2,3 à hora, enquanto o dos negros era de R\$ 1,5. No grupo em que os respondentes haviam cursado de cinco a oito anos de estudo, os rendimentos dos brancos e dos negros eram, respectivamente, de R\$ 2,9 e R\$ 2,1. Nos que tinham de nove a onze anos de estudo, o rendimento-hora, era de R\$ 4,4 para brancos e R\$ 3,1 para negros. E, por fim, no grupo que tinha mais de 12 anos de estudo, os rendimentos dos brancos eram de R\$ 11,8 e o dos negros R\$ 8,3 (JACCOUD; THEODORO 2005).

Dessa forma, pode-se afirmar que, a situação do meio escolar brasileiro é também permeada pelo racismo e pela discriminação racial. Isso pode ser constatado não só pelas análises feitas nos institutos de pesquisa, como também nas situações de desconforto que os alunos negros vivem em suas escolas. Atitudes racistas e práticas discriminatórias não ocorrem somente fora da escola, mas também dentro do cotidiano escolar, e contribuem para a falta de sucesso no desempenho acadêmico e para diminuir a auto-estima dos estudantes negros (JACCOUD; THEODORO, 2005).

Portanto, de acordo com Jaccoud e Theodoro (2005), tais constatações apenas confirmam o que o Movimento Negro, sempre denunciou que a escola, hoje, no que se refere à universalização do acesso ao ensino, não tem funcionado como um espaço de igualdade de oportunidades. Ao contrário, como mostram os dados referentes às desigualdades entre brancos e negros, tem funcionado como um dos principais meios de reprodução da desigualdade racial. Isso não se refere apenas à forma desigual como vem tratando os alunos negros, mas a maneira com que vem tratando a questão racial no âmbito educacional

2.4 - O processo de formação da Identidade Negra no Brasil e suas peculiaridades

A questão da identidade negra tem sido, ao longo da história, objeto de múltiplas interpretações. Segundo Pereira (2002) ela deve ser pensada como um processo social, histórico e não como um dado biológico. Isso ocorre porque não é na cor e nem nos demais traços fenotípicos de um grupo que reside sua identidade. São as interpretações sociais e culturais dadas a essas características biológicas que formam, simbolicamente, a identidade do grupo. Outro aspecto que merece destaque é que a identidade não é

estática, pois varia de época para época, e de lugar para lugar. Dessa forma, as identidades da nação e do segmento negro, não são as mesmas quando comparadas, por exemplo, às do final do século XIX (PEREIRA, 2002).

Pereira (2002) aponta ainda que:

[...] a identidade cria o perfil do eu/nós em oposição ao ele/outro. Nesse sentido, constrói uma singularização do nós em relação ao outro e do outro em relação a nós. Cria marcas distinções, distanciamentos e proximidades, reais e simbólicas, entre indivíduos e grupos que se consideram ou são considerados diferentes. Esse jogo dialético, que só ocorre numa situação de interação social, isto é, no plano estruturo-relacional, pode favorecer ou desfavorecer parceiros sociais. É esse o mecanismo que preside as relações entre brancos e negros no Brasil (PEREIRA, 2002, p. 66).

Nessa perspectiva, Pereira (2002) destaca que a história do negro no Brasil é a de um grupo que tem buscado estabelecer sua singularização racial em relação aos demais grupos sociais brasileiros, tendo em vista, a manutenção de suas especificidades a fim de que elas não se diluam no *corpus* geral da sociedade. É necessário enfatizar, entretanto, que o negro nessa busca de diferenciação social, constrói sua auto-imagem, mas essa auto-imagem é alterada quando é avaliada pelos demais grupos. Pode-se afirmar, também, que a identidade criada pode ser positiva ou negativa, não apenas na avaliação dos brancos, mas também na avaliação do próprio grupo negro a respeito de si mesmo, pois existem interpretações diversas mesmo no interior de um mesmo segmento.

Pereira (2002) coloca, por fim, que a trajetória do negro no Brasil, tem sido uma luta dura e constante de construção de uma identidade positiva nos quadros nacionais. No que se refere às peculiaridades do processo de formação da identidade negra no Brasil, Munanga (2004) propõe que a forma com que as relações raciais se desencadearam no país enfraqueceu o sentimento de pertencimento de grupo da população negra e dificultou a criação e o fortalecimento da identidade negra. Nesse sentido, a ideologia do branqueamento teve um papel central, já que ela promoveu uma valorização da cultura branca em detrimento da negra.

Tal particularidade do modelo brasileiro é o que diferencia as relações raciais ocorridas no país, em relação aos outros países, como por exemplo, os Estados Unidos,

onde a ideologia racial foi conduzida de maneira a não conceder nenhum lugar intermediário no sistema biológico. Nesse país, a classificação é binária, ou seja, ou o indivíduo é considerado negro ou branco. Logo, a diferença entre as relações raciais entre o Brasil e os Estados Unidos está no papel atribuído ao mulato, já que o fato de aceitar indivíduos nas camadas intermediárias entre o branco e o negro cria a ilusão de que os filhos mulatos sejam capazes de furar as barreiras socioeconômicas e conquistem espaços de prestígio na sociedade (MUNANGA, 2004).

Seguindo essa lógica, no Brasil, grande parte da população negra não se reconhece como tal. O sentimento de solidariedade e pertencimento de grupo entre a população negra, indispensável em qualquer processo de formação e fortalecimento de identidade coletiva, no Brasil, é consideravelmente fraco. Dessa forma, os negros interiorizaram os preconceitos negativos contra eles acometidos e projetaram sua conduta na assimilação dos valores culturais da esfera dominante branca. Outro fenômeno que contribuiu para o enfraquecimento da identidade negra no Brasil foi a ideologia da mestiçagem. A elite intelectual brasileira, diante da necessidade de criação de uma identidade nacional, estabeleceu um padrão nacionalista de identidade baseado na negação absoluta da diferença e na assimilação cultural que teve como consequência a desestruturação da identidade racial e étnica dos grupos dominados (MUNANGA, 2004).

A dificuldade do fortalecimento e consolidação da identidade negra no Brasil reside no fato de que a busca por essa identidade coexiste com o racismo social. Nesse contexto, Munanga (2004) destaca que:

A estrutura racista brasileira é tão bem estruturada, de modo que, numa nação complexa, construída em um vasto território, com uma população estimada de 160 milhões de habitantes, numa nação marcada pelas diversidades étnicas e raciais, não se observem fenômenos de afirmação de identidades étnicas acompanhados de busca de autonomia e separatismo, com tanta força, como acontece atualmente em alguns países ocidentais. A explicação é a de que a ideologia brasileira é tão assimilativa e tão assimilacionista, que é capaz de criar constrangimento para os grupos que procuram se manter afastados da sociedade nacional (MUNANGA, 2004, p. 135).

Portanto, de acordo com Munanga (2004) o desafio atual dos Movimentos Negros é a reestruturação e o fortalecimento da identidade negra, baseado na

substituição do anti-racismo universalista¹ pelo anti-racismo diferencialista². Busca-se dar uma redefinição do negro e do conteúdo da negritude visando incluir nele não apenas as pessoas fenotipicamente negras, mas também e, sobretudo, os mestiços descendentes de negros. Os Movimentos Negros acreditam que o processo de mobilização política da população negra, só será possível com a consciência e a definição de uma solidariedade entre os negros e mestiços. Por isso, a consolidação e o fortalecimento da identidade negra são urgentes e essenciais.

¹ O anti-racismo universalista não reconhece aos povos mais do que a sua comum pertença à espécie, e tende a considerar as suas identidades específicas como transitórias ou secundárias. Ao reduzir o Outro ao Igual, numa perspectiva estritamente assimilacionista, torna-se incapaz, por definição, de reconhecer e respeitar a alteridade em si mesma.

² O anti-racismo diferencialista, no qual considera que a humanidade é valiosa pela sua irredutível pluralidade. Assim, esforça-se por outorgar um sentido positivo ao universal, não contra a diferença, mas sim a partir dela.

3. CAPÍTULO 3: A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

3.1 - Políticas de ação afirmativa

Ao iniciar o debate sobre as ações afirmativas, é importante reafirmar que passados 116 anos da abolição, os negros se encontram invariavelmente nas piores posições em termos de acesso aos níveis mais avançados de ensino, aos empregos prestigiados, aos recursos públicos e às políticas sociais. Essa situação teve início no período colonial, na fase de vigência do modelo escravista e foi se reproduzindo ao longo da história, e se fundamentando em um modelo social produtor de desigualdades (PAIXÃO, 2006). Foi somente no final da década de 1990 que o Estado brasileiro reconheceu sua imensa dívida histórica acumulada ao longo de 500 anos de história, para com a população negra, e iniciou-se um debate sobre a adoção de ações afirmativas.

O conjunto de ações visando à reparação aos contingentes negros precisa ser realizado por meio de políticas públicas e sociais que gerem melhorias efetivas nas condições de vida desse segmento. Logo, o Estado surge como um instrumento de transformação efetiva da sociedade. Nesse sentido, surgem as ações afirmativas, funcionando como políticas públicas, que visam combater o racismo existente no país, e corrigir os efeitos da discriminação histórica, buscando promover a igualdade de acesso aos bens fundamentais, como a educação e o emprego (SANTOS, 2005).

Santos (2005) define as ações afirmativas, como uma espécie de tratamento discriminatório, de acordo com o ordenamento jurídico que busca dar um tratamento mais equânime no presente como forma de compensação à discriminação sofrida por determinados grupos no passado. Tais ações têm como objetivo impedir que o princípio da igualdade formal, expresso em leis neutras, funcione como um mecanismo perpetuador de desigualdades sociais. Portanto, as ações afirmativas visam tratar de forma preferencial aqueles que, ao longo da história, foram marginalizados para que lhes sejam dadas condições equidistantes de se impor socialmente.

É importante destacar que os Estados Unidos foram o primeiro país a utilizar tais políticas, inicialmente para enfrentar seu grave problema racial, posteriormente,

entretanto, o modelo foi adotado também para defesa dos direitos das mulheres, portadores de necessidades especiais e minorias étnicas (SANTOS, 2005). De acordo com Paixão (2006), as ações afirmativas se associam, ainda, a outra concepção de valor universal: o da defesa da diversidade e do multiculturalismo. Partem da concepção de que a humanidade tem como um dos seus principais patrimônios a ampla variedade de tipos físicos e culturais que a formam. Desse modo, a permanente interação, o convívio e o diálogo entre os diferentes tipos de pessoas, em todos os espaços da vida social, constituem um valor em si mesmo, correspondendo aos melhores e mais justos anseios por uma sociedade democrática e fraterna.

Cabe salientar que, segundo Santos (2005), as ações afirmativas são políticas não simplesmente voltadas para intervenção posterior, mas possuem um caráter múltiplo e ação tanto sobre os efeitos dos racismos ocorridos ao longo da história quanto nos racismos que ocorrem na atualidade e, ainda, atuam na prevenção a um aumento futuro do racismo. Essa multiplicidade das ações afirmativas relaciona-se diretamente ao seu objetivo: atingir a igualdade racial no imaginário coletivo, induzindo a transformações de origem cultural, pedagógica e psicológica.

Dessa forma, a principal meta das ações afirmativas não é somente coibir o racismo, mas visa também à promoção da igualdade racial, fundamentada no princípio da diversidade e representatividade estatal e social. Busca ainda eliminar as barreiras artificiais e, invisíveis do racismo e nesse sentido, criar modelos de mobilidade social para incentivar os jovens desses grupos minoritários a ascender socialmente (SANTOS, 2005).

Por fim, Gomes (2005) destaca que existem três formas básicas de se realizar as ações afirmativas, são elas: o uso deliberado de critérios de raça nas decisões de contratar e promover, dando preferência às raças excluídas; acompanhar as estatísticas de contratação e promoção, estabelecendo fatores afirmativos nos processos de decisão; estabelecendo cotas para representação de raças excluídas. Portanto, de acordo com Santos (2005) a grande idéia das ações afirmativas é de se estabelecer como uma das políticas mais avançadas, no que se refere à concretização dos princípios de igualdade, fazendo com que todos tenham as mesmas condições para disputar as oportunidades disponíveis na sociedade.

3.2 - A adoção do sistema de cotas nas universidades brasileiras

Conforme já foi exposto, a política de cotas é uma das formas de operacionalização das ações afirmativas. Caracteriza-se como a possibilidade de garantir o acesso ao emprego e à educação para contingentes raciais historicamente excluídos, utilizando o uso da categoria raça, como critério de seleção para o ingresso em cargos de trabalho, bem como em universidades públicas (SANTOS, 2005). Logo, a proposta de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras constitui-se em um importante mecanismo de eliminação das desigualdades étnico-raciais de acesso ao ensino superior.

Paixão (2006) aponta que os principais objetivos das cotas são: a adoção do princípio de diversidade no interior das instituições públicas brasileiras; a democratização do acesso às universidades públicas, especialmente nas carreiras mais prestigiadas e disputadas que atualmente são freqüentadas, na maioria das vezes por pessoas brancas; a formação de intelectuais e políticos negros, bem como a diversificação da elite intelectual brasileira, com representação direta dos grupos historicamente discriminados.

É importante reafirmar que, Segundo Tragtenberg (2006), a exclusão da população negra no ensino superior é uma herança trazida dos ensinos fundamental e médio, já que, em 2000, as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs) mostraram que, 22,7% dos brancos, com idade igual ou superior a 18 anos, haviam concluído o ensino médio, contra somente 13,3% dos negros. Apontaram, ainda, que a escolaridade média dos negros, em 1999, era de quatro anos e a dos brancos alcançava 6,3 anos. Nesse contexto, as cotas são mecanismos extremos de reversão de um quadro que, de outro modo, seria difícil de se modificar em termos das crônicas desigualdades de acesso dos diferentes segmentos raciais e étnicos da população a determinados espaços e oportunidades profissionais e educacionais.

É importante destacar, entretanto, que a adoção de uma ação afirmativa não impede que outras políticas sociais sejam implementadas pelo Estado. No que se refere, especificamente, à política de cotas, pode-se afirmar que não existe possibilidade de sucesso de uma educação diversa se as políticas são aplicadas de forma isolada, pois, desse modo, apenas o acesso será garantido pelo Estado. Logo uma política de cotas

isolada, sem uma análise mais aprofundada em políticas que garantam a permanência do negro universitário é inócua (SANTOS, 2005).

Outro aspecto a ser enfatizado, de acordo com Paixão (2005), é o fato da política de cotas possuir um tempo definido de validade, ou seja, existe uma data prevista para a sua extinção, pois existe o pressuposto que outras medidas estão sendo tomadas, no âmbito estatal, para que em determinado espaço de tempo, os quadros de desigualdades sejam revertidos, e não haja mais a necessidade de adoção de tais políticas.

Nesse contexto, é pertinente observar que as políticas de ação afirmativa devem ser acompanhadas por permanentes instrumentos de monitoramento e ser alvo de constante debate público. Tais procedimentos devem ser tomados com o intuito de evitar que essas intervenções acumulem vícios ou gerem novas injustiças sociais. Pode-se considerar, ainda, que boa parte do sucesso dessas ações dependerá de sua transparência e capacidade de convencimento da sociedade civil no que se refere à qualidade dessas medidas (PAIXÃO, 2006).

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) entrou para a história do Brasil e da luta anti-racista brasileira, quando em 2002, iniciou um processo seletivo com ações afirmativas para negros e pardos (SANTOS, 2005). A experiência foi palco de inúmeras controvérsias e serviu para que a sociedade brasileira rediscutisse a sua democracia racial. A partir daquele momento, as estatísticas foram evidenciadas e foram relacionadas com seus eixos históricos, sendo dessa forma, expostas à mídia nacional, onde passaram a ser tema de discussões públicas. Portanto, a iniciativa pioneira da UERJ foi de fundamental importância rumo à superação do silêncio acadêmico em relação ao combate do racismo no Brasil.

De acordo com Daflon (2007), atualmente no Brasil, 21 universidades brasileiras adotam o sistema de cotas como forma de ingresso no ensino superior, sendo elas: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade do Estado da Bahia (UEBA), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), Universidade

Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Mato-Grosso do Sul (UEMS), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Tais instituições de ensino, em sua maioria, utilizam o critério da auto-afirmação, como forma de seleção para os alunos negros. Tal critério foi adotado, pois traz consigo algumas vantagens essenciais, entre elas destaca-se a possibilidade de um negro, pela primeira vez em sua trajetória, ter o prazer em se auto-reconhecer como negro e, a partir desse reconhecimento, obter algum privilégio social. A outra vantagem reside no fato de que, em tese, essa forma de classificação traria, a longo prazo, a diminuição na ocorrência de fraudes. Isso ocorreria, medida em que o critério de auto-afirmação tiver validade para além do exame de seleção, resultará, assim, em um constrangimento social, para o branco que tiver que se apresentar como negro no decorrer de sua permanência na universidade (SANTOS, 2005)

Por fim, Santos (2005) observa que as experiências das universidades têm mostrado que, apesar das falhas inerentes do sistema de cotas, está sendo construído um caminho de ousadia e originalidade profundas. Isso tem ocorrido, pois tais iniciativas têm promovido seminários, encontros, atividades culturais, palestras, conferências, enfim, uma série de eventos que, por sua vez, têm promovido um debate entre a universidade, a sociedade civil e o Estado. Tais instâncias, em conjunto, buscam respostas efetivas de combate ao racismo e a discriminação e tem dado passos essenciais, ainda que tímidos para a construção de uma sociedade mais justa e equânime.

3.3 - O Sistema de Cotas e a Universidade de Brasília

O sistema de cotas foi implementado na Universidade de Brasília, no segundo semestre de 2004, com o propósito de destinar 20% das vagas, em todos os cursos, a estudantes pretos e pardos. Com essa medida a Universidade de Brasília visou romper

com a lógica segregacionista da academia brasileira. Neste ano, cerca de 2000 alunos cotistas foram inseridos nos 61 cursos de graduação oferecidos pela universidade. No que se refere aos principais objetivos da UnB, na implementação do sistema de cotas, podem-se destacar: a garantia o acesso emergencial da população negra à educação superior; o aprimoramento da capacidade de aprendizagem da comunidade acadêmica; a promoção de uma associação da cor da pele negra a signos de poder, autoridade e prestígio; a conscientização à população, em geral, sobre o que é ser negro no Brasil (JESUS, 2006).

No que tange à acessibilidade, para que o candidato possa concorrer às vagas reservadas ao sistema de cotas, ele deve se auto-declarar preto ou pardo, ao preencher a ficha de inscrição do vestibular. Para que possam se classificar nas provas, todos os candidatos, seja do sistema universal, seja do sistema de cotas, devem atender as seguintes exigências: obter nota maior que zero, nas provas de língua estrangeira; pontuar, pelo menos, 10% da nota na prova de linguagens e códigos e ciências sociais; conseguir, pelo menos, 10% da nota na prova de ciências da natureza e matemática; alcançar, pelo menos, 20% da pontuação total do conjunto das provas (JESUS, 2006).

Concluída a classificação, as vagas reservadas ao sistema de cotas são ocupadas, pelos alunos que atingiram o total de pontos exigidos. Depois desse preenchimento, os demais candidatos do sistema de cotas que tiveram um argumento final superior ao dos candidatos do sistema universal, ocupam as vagas totais oferecidas pela UnB, considerando-se os valores decrescentes dos argumentos finais de cada curso. No ato da inscrição, o requerente deve assinar uma declaração específica relativa aos requisitos exigidos pelo Edital para concorrer pelo sistema de cotas. É feita, então, uma entrevista pessoal, e posteriormente, o pedido de inscrição é analisado por uma banca, que decide pela homologação ou não da inscrição do candidato cotista. Caso as informações repassadas, sejam inverídicas ou irregulares, a inscrição, as provas, ou o registro dos candidatos podem ser anulados (JESUS, 2006).

Até o primeiro semestre de 2007, a seleção era feita por meio da análise de uma foto do candidato requerente. No início do referido ano, entretanto, foi publicada pela *Revista Veja*, uma reportagem, na qual dois irmãos gêmeos univitelinos se candidataram ao vestibular da UnB, pelo sistema de cotas, mas apenas um deles foi considerado negro. A notícia gerou polêmica na sociedade brasileira, e os critérios de seleção para o

ingresso no sistema de cotas foi amplamente questionado. Recentemente, a UnB modificou o processo de seleção e será feita uma entrevista social com o candidato, na qual ele deverá apresentar ao examinador argumentos que comprovem que ele é, de fato, negro (JESUS, 2006).

Segundo Rezende (2005), atualmente os dois maiores desafios que se colocam ao sistema de cotas no Brasil são: a definição critérios de acessibilidade para o ingresso no sistema de cotas e a permanência dos estudantes cotistas nas instituições públicas brasileiras. No que se refere à acessibilidade, a autora chama a atenção para o fato de que a autodeclaração, inevitavelmente, poderá trazer distorções, já que o sistema identitário brasileiro é relacional, ou seja, o indivíduo é classificado por si mesmo e pelo seu grupo, mas também é classificado pelos outros e por outros grupos.

Nessa perspectiva, há espaço para a manipulação da mestiçagem, isto é, qualquer jovem mestiço pode se classificar como pardo, porém nem todo jovem mestiço, se reconhece e é reconhecido como negro no Brasil. Nesse sentido, constata-se a necessidade de se adaptar às exigências das novas políticas que inaugura a figura do negro como objeto de políticas públicas, enfatizando a urgência em se criar metodologias adequadas à identificação do público-alvo das mesmas. Nesse sentido, há uma necessidade de criação da figura jurídica do negro (REZENDE, 2005).

Já no que diz respeito à permanência, de acordo com César (2005), a maior parte dos estudantes cotistas das universidades públicas brasileiras apresenta um nível de renda inferior a dos brancos. De acordo com os dados levantados pela Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas da Universidade de Brasília, em 2006, acerca do perfil dos estudantes cotistas da universidade, observa-se que: 45,8% dos alunos cotistas possuem renda familiar inferior a 1.500 reais, contra 30,4% dos não-cotistas; 49,3% dos não-cotistas têm renda acima de 2.500 reais, entre os cotistas o percentual é de 33,4%; 33,4% das mães dos cotistas têm nível superior, contra 45,1% das mães dos candidatos do sistema universal; 2,0% dos pais dos cotistas são analfabetos, contra 1,2% dos pais dos não-cotistas; 23% dos cotistas trabalham em tempo integral ou parcial, contra 14,8% dos não-cotistas; 55,8% dos cotistas cursaram Ensino Médio em escolas públicas, contra 40,5% dos não-cotistas (JESUS, 2006).

Assim sendo, pode-se afirmar que existe uma desigualdade socioeconômica considerável entre o grupo dos alunos cotistas e dos demais. Nesse sentido, se faz

necessária à implementação e ampliação de programas que atendam a discentes de baixa renda, a fim de efetivar a inclusão dos cotistas nas instituições públicas brasileiras.

3.4 - Respostas da Universidade de Brasília ao Sistema de cotas

As atuais demandas do corpo discente exigem a formulação de programas de permanência para os estudantes cotistas da universidade. Segundo Rezende (2005) a adoção do sistema de cotas contribui para elevar a representatividade dos alunos negros nas universidades, bem como distribuiu uniformemente esse alunado entre os diferentes cursos de graduação. É importante considerar, entretanto, que existe um restrito número de bolsas disponíveis na universidade, e elas não são suficientes para atender a toda demanda que se apresenta.

Santos (2005), por sua vez, aponta que a adoção do sistema de cotas, se tomada isoladamente, corre o risco de não promover as mudanças necessárias para a reversão do quadro de subalternização do negro. Ao contrário, pode funcionar como um mecanismo de estagnação social. Dessa forma, ao inserir o negro na universidade sem o simultâneo aprofundamento de um resgate cultural das raízes africanas e sem uma transformação das prioridades acadêmicas das universidades, seria contribuir ainda mais para a manutenção da baixa auto-estima do aluno cotista, bem como com o esquecimento das heranças afro-brasileiras, nos espaços de discussão.

Logo, para que a política de cotas implementada nas instituições de ensino superior brasileiro seja eficaz, é preciso que sua ação esteja fundamentada no seguinte tripé: acesso, permanência e mudança cultural. O acesso, já está sendo garantido nas universidades, a partir do estabelecimento de uma cota mínima para o ingresso de estudantes que, historicamente, estiveram sub-representados nos espaços de prestígio da sociedade. A permanência se configura pelo apoio financeiro e institucional aos estudantes cotistas que ingressarem na universidade. Sabe-se que a diferenciação de renda continua, mesmo com o acesso permitido, assim, tais ações de amparo são fundamentais, principalmente, no que se refere ao âmbito econômico (SANTOS, 2005).

A mudança cultural, por fim, é também de fundamental importância para a permanência do aluno negro no espaço acadêmico. Tem por objetivo, o fortalecimento da identidade negra desses estudantes e visa fazer um resgate no ensino fundamental, na

mídia e na construção do sentimento cívico, a importância da contribuição afro-brasileira, equiparando-a à européia. Com essa idéia, não se pretende criar *ghetos* no espaço universitário, com discussões exclusivamente ligadas às próprias raízes. O objetivo principal é abrir um ambiente democrático, não somente para o negro, mas também, para a universidade em geral, na qual o princípio da diversidade e do multiculturalismo seja enaltecido (SANTOS, 2005).

Nesse sentido, a Universidade de Brasília tem adotado ações com o intuito de garantir a permanência do estudante cotista. De acordo, com os dados da Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas da Universidade de Brasília, logo depois do registro dos alunos cotistas na universidade, a UnB traça o perfil socioeconômico dos estudantes. Do ponto de vista socioeconômico, na medida em que há necessidade, ocorre a expansão dos programas que atendem a estudantes de baixa renda – bolsa alimentação, bolsa livro e bolsa permanência (JESUS, 2006).

No âmbito acadêmico, a UnB dispõe de um acompanhamento chamado Serviço de Orientação ao Universitário (SOU) que fornece informações aos alunos de graduação de questões gerais do ambiente universitário, seja de ordem acadêmica, seja de ordem psicopedagógica. Suas ações ocorrem da seguinte forma: inicialmente, são identificadas as necessidades educativas e pessoais dos alunos. Logo após, os discentes são conduzidos para atendimento específico, seja com coordenadores de curso, professores ou instâncias existentes na UnB como o Programa de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais (PPNE), o Hospital Universitário de Brasília (HUB) e o Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (Caep) do Instituto de Psicologia (JESUS, 2006).

No aspecto cultural, a UnB conta com os trabalhos do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) ligado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam). Criado em 1986, o núcleo desenvolve pesquisas, pensando o negro como sujeito da história brasileira. Outro ponto de apoio a esses estudantes é o EnegreSer (Coletivo de Estudantes Negros na UnB). O grupo, aberto somente para estudantes negros, reúne-se todo sábado de manhã para promover eventos, debates ou ler textos ligados à intelectualidade negra. É pertinente destacar que existem outros projetos a serem implementados pela UnB, são eles: a realização do “Censo do Racismo”, a instituição de metas de inclusão racial no programa de estágio remunerado, no qual haverá a

inclusão de no mínimo 30% de estudantes negros no quadro de estagiários de nível superior (JESUS, 2006).

No que se refere às iniciativas já existentes na UnB, pode-se destacar: o Convênio FUB-FUBRA Quilombolas; a adoção de uma agenda de eventos de valorização do negro; a oferta de disciplinas como Pensamento Negro Contemporâneo e Cultura, Poder e Relações Raciais que tratam especificamente da questão racial e suas manifestações na sociedade; a implementação do Programa Brasil Afroatidade que oferece bolsas de estudos a estudantes cotistas para atuarem no âmbito da pesquisa, extensão e monitoria; a criação do Centro de Convivência Negra; a instauração de uma Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas; a fundação do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial (JESUS, 2006).

Diante do exposto, é oportuno fazer uma apreciação das seguintes ações: o Programa Afroatidade, o Centro de Convivência Negra, a Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas. Para tal, os próximos tópicos deste capítulo foram destinados ao conhecimento de cada uma dessas respostas institucionais, destacando suas características e peculiaridades intrínsecas.

3.4.1 - O Programa Brasil Afroatidade

Com a retomada do debate sobre a questão racial, e a partir da implementação do sistema de cotas em diversas universidades públicas brasileiras, o Ministério da Saúde vê a necessidade de atuar em diferentes frentes. Isto significa que suas ações buscam assegurar que as políticas públicas no campo setorial da saúde estejam em consonância com as diretrizes de combate à discriminação racial, étnica, de gênero e de orientação sexual. Nesse sentido, de acordo com os dados do Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde, as tendências de pauperização e de feminização da epidemia de HIV/AIDS estão demonstrando que a população negra encontra-se em desvantagem social no que se refere à construção de respostas efetivas no combate à epidemia (BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, com o intuito de suprir essas e outras desvantagens o Programa Nacional DST e AIDS do Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, juntamente com a

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e com o Ministério da Educação (MEC), em atendimento ao que estabelece o Decreto 4.228, de 13.05.2002, propuseram a criação do Brasil Afroatidade - Programa Integrado de Ações Afirmativas para Universitários Negros. O propósito desse programa é fortalecer as respostas institucionais das universidades brasileiras que desenvolvem programas de ações afirmativas para negros e adotaram o sistema de cotas como forma de ingresso no ensino superior (BRASIL, 2004).

O programa visa ao fortalecimento do sistema de cotas de modo a torná-lo um meio, dentre outros, de combate à desigualdade racial no país. Desse modo, o Afroatidade busca dar ênfase à construção de respostas à epidemia do HIV/AIDS, a partir da operacionalização do conceito de ações afirmativas e AIDS, trabalhando o tema de modo multidisciplinar (BRASIL, 2004). Logo, pode-se afirmar que o objetivo geral do programa é:

[...] instituir o Programa Integrado de Ações Afirmativa para Negros – Brasil Afroatidade em parceria com Universidades que possuam Programa de Ação Afirmativa para negros e que adotam o regime de cotas para acesso dessa população. Esse Programa visa ao fortalecimento da resposta setorial de combate à epidemia e das práticas de implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes, por meio do apoio a ações diversas nos âmbitos acadêmico e assistencial, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas, socialmente precarizados (BRASIL, 2004, p. 7).

Inicialmente, o programa voltou-se para a construção de uma rede de universidades que já estava desenvolvendo programas de ações afirmativas e com cotas para negros. Nessa perspectiva, pretende-se estimular o protagonismo da população negra, com a finalidade de pensar e executar ações pertinentes a reversão dos quadros de racismo e preconceito, tanto contra a população negra de uma forma geral, quanto contra as pessoas que vivem e convivem com o HIV/AIDS (BRASIL, 2004).

No que se refere aos objetivos específicos do Programa Afroatidade, pode-se destacar: a viabilização da permanência do estudante universitário negro em seu curso, pela utilização de recursos diversos, numa perspectiva multidisciplinar e multissetorial; o desenvolvimento e a implementação de ações afirmativas quanto à diversidade cultural, social, de gênero, étnica, de orientação sexual e outros, na perspectiva da educação de pares e o estímulo do protagonismo dos estudantes negros e cotistas

nesse processo; a criação de oportunidades de participação dos estudantes negros em projetos de pesquisa, extensão e monitoria, desenvolvidos pelos professores e estudantes da universidade focados nas questões específicas dessa população; a contribuição para a formação de estudantes negros como promotores de saúde e de qualidade de vida, bem como para a produção de conhecimentos no campo da prevenção, aconselhamento e assistência às DST/AIDS; a contribuição na implementação do “Saúde e Prevenção nas Escolas”, proposto pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação; o fortalecimento da integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade; o fortalecimento das articulações interinstitucionais e comunitárias estabelecidas pela universidade; a inserção de temas transversais no currículo universitário; a formação de profissionais multiplicadores e formadores de opinião; e por fim, o fortalecimento da auto-estima e da identidade negra dos alunos cotistas (BRASIL, 2004).

O Afroatitude é operacionalizado, por meio de três ações principais: a iniciação científica, a intervenção comunitária e a monitoria. Em relação à iniciação científica, o programa executa atividades direcionadas à produção de conhecimentos e pesquisas sobre a temática das ações afirmativas e das DST/AIDS. Essa atividade integra o plano de ação das universidades e visa a assegurar a reflexão teórica e prática sobre o assunto e sua implementação na área da saúde. Os estudantes têm direito a uma bolsa de pesquisa e são monitorados por professores e orientadores, que acompanham seu desenvolvimento durante a fase de execução do estudo (BRASIL, 2004).

No que se refere à intervenção comunitária, o programa destina-se à realização de atividades de prevenção, junto com a sociedade civil, principalmente, em escolas e organizações comunitárias. As atividades também são supervisionadas por professores e orientadores e integra o plano de ação da universidade. Já na monitoria, efetuam-se atividades de apoio e interlocução entre os alunos e os professores de determinada turma ou curso. Faz-se pertinente destacar que a seleção de todos os alunos é feita com base no mérito, rendimento escolar e proposta apresentada pelo estudante, ou ainda ocorre pela adesão do aluno a alguma proposta do professor, orientador do projeto (BRASIL, 2004).

Atualmente o Afroatitude está sendo implementado em dez universidades brasileiras: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Universidade Estadual da

Bahia – UNEB, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG e na Universidade de Brasília – UnB (BRASIL, 2004).

No que se refere ao financiamento do Programa, inicialmente, o Ministério da Saúde se responsabilizou pelo custeio do programa nos dois primeiros anos de implementação. Cada universidade possui um coordenador que é o responsável pela execução do programa. O Afroatidade disponibiliza 500 bolsas de iniciação científica, que são distribuídas igualmente entre as universidades participantes, sendo, portanto, destinadas 50 bolsas para cada universidade. Pode-se apontar que o monitoramento, a avaliação, bem como a realização de Seminários e publicação de resultados, ficam sob a responsabilidade do Programa Nacional de DST e AIDS (BRASIL, 2004).

Diante do exposto, faz-se necessária uma caracterização da experiência do Programa Afroatidade na Universidade de Brasília. Foi implementado na UnB, em março de 2005, destinando 50 bolsas de R\$ 241,51 (parâmetro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq). Mas, por meio de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Universidade de Brasília (UnB) conseguiu ampliar para 70 o número de cotistas beneficiados. Os cotistas selecionados participaram de 21 projetos de ensino, pesquisa e extensão e começaram suas atividades já no início do primeiro semestre letivo de 2005 (UNB, 2005).

Os estudantes passaram pelo curso de formação *Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção de DST/AIDS*, e depois cada aluno passou por uma capacitação específica à temática do seu projeto de atuação. Na UnB, o Núcleo de Estudos e Ações Multilaterais de Cooperação em Educação e Saúde (Neamces), acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos e o progresso dos alunos bolsistas. Existem encontros semanais e seminários periódicos, para que as experiências dos mais diversos projetos individuais sejam compartilhadas com o grupo (UNB, 2005).

Um ano após a sua implementação, o programa passou por uma avaliação, por parte dos seus coordenadores que apontaram que os resultados foram animadores, no que se refere à consolidação das políticas de ações afirmativas para a inclusão e manutenção dos estudantes cotistas no ensino superior. O programa busca articular as

atividades de ensino, pesquisa e extensão, oportunizando aos participantes a experiência da atividade científica em sua formação acadêmica e promovendo a defesa da diversidade em todos os contextos e dimensões (SILVA; LUIZ, 2006)

Na UnB, a implementação do Afroatitude seguiu as seguintes etapas: a chamada de projetos, a seleção dos estudantes, a oferta de disciplinas específicas aos projetos, o acompanhamento dos estudantes, a avaliação e monitoramento dos projetos, a realização de atividades científicas e educativas dentro e fora da universidade, a participação em eventos científicos e, por fim, na apresentação de trabalhos, publicação de artigos, resumos e reportagens. Logo, no primeiro ano de avaliação do programa, os dados foram positivos, no que diz respeito à participação e ao desempenho dos alunos. Os relatórios mostraram que, além do desenvolvimento intelectual, os participantes demonstraram engajamento em defender a políticas de cotas e comprometimento na luta contra o racismo e a discriminação (SILVA; LUIZ, 2006).

No ano de 2007, entretanto, o Ministério da Saúde terminou o financiamento do programa e a partir daí, vários desafios foram colocados à manutenção e à continuidade dele na UnB. Nesse período, a Reitoria da universidade passou a assumir financiamento do programa e atualmente o Afroatitude atende a, apenas, 36 estudantes cotistas, por meio da disponibilização de uma bolsa de R\$ 300,00. A coordenação do programa tem buscado parcerias com outras entidades governamentais e não governamentais, com o intuito de ampliar o número de bolsas oferecidas e garantir a permanência do grupo na instituição.

3.4.2 - O Centro de Convivência Negra

O atual contexto histórico de reflexões acerca da questão racial, no qual o país atravessa, instiga a criação de espaços de valorização da diversidade e do multiculturalismo. Nessa perspectiva, foi inaugurado na Universidade de Brasília, o Centro de Convivência Negra - CCN que se caracteriza como um instrumento catalisador, com a finalidade de agilizar essa valorização no ambiente acadêmico. A intenção não é de se instituir um gueto para os alunos cotistas, mas sim de apreciar a sua presença na universidade. Desse modo, o CCN funciona como um núcleo de informações para os alunos cotistas, bem como um espaço de debate para toda a

comunidade acadêmica, promovendo articulações com os grupos, já existentes na universidade, a favor das metas de inclusão racial e da formação de um ambiente de valorização da diversidade (JESUS, 2007).

Pretende-se, dessa forma, instaurar ações de combate ao racismo e à discriminação, por meio da inclusão positiva do negro no lócus acadêmico. Pode-se destacar que a criação de um espaço, cujo objetivo é oferecer serviços de apoio aos universitários cotistas traz dois benefícios principais: (1) um ambiente para que os alunos negros, possam se identificar com seus pares, melhorando seu autoconhecimento e fortalecendo sua identidade negra, o que ocasiona um processo de inserção social e fortalece os princípios dos movimentos negros; (2) a instituição de uma forma sistemática de se combater o racismo e a discriminação dentro da universidade (JESUS, 2007).

Tais benefícios podem ser levantados, pois com a existência do Centro de Convivência Negra na UnB, os demais estudantes universitários ficam expostos à presença do negro, logo às práticas e posturas racistas ficam desprestigiadas e desencorajadas. É importante considerar que os indivíduos racistas dificilmente se aproximam desse lócus, contudo, psicossocialmente, eles ficam intimidados já que se tornam impossibilitados de negar a presença de um núcleo de convivência racial. Nesse sentido, o CCN se afirma não só como um espaço físico, mas também como uma corrente de atividades contínuas, operacionalizando-se nos âmbitos acadêmico e cultural, e intervindo de forma prática na rotina da universidade (JESUS, 2007).

Logo, num contexto de reestruturação organizacional da UnB, as construções históricas de racismo e discriminação vão ser enfrentadas por meio da psicoeducação e da reestruturação cognitivas dos atores. Tais atividades são executadas pelo Centro de Convivência Negra que busca humanizar as relações sócio-raciais. Desse modo, o CCN trabalha, visando atrair o maior número de pessoas possível para o seu espaço, a fim de que no futuro, tais indivíduos formem uma massa de opinião defensora das políticas de ação afirmativa e do sistema de cotas. Por isso, promove atividades como mostras de vídeo, sarais de poesia, e diversas manifestações culturais, que estão intimamente associadas ao pensamento negro, a fim de possibilitar que o ambiente se democratize a todas as esferas que compõem a UnB (JESUS, 2007).

Dentro dessa perspectiva, pode-se elencar que os principais objetivos do Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília, são: oferecer um espaço e serviços de apoio aos universitários negros; promover um espaço para estudos e reuniões de trabalho desses estudantes; criar uma biblioteca de referência para consulta sobre ações afirmativas; atuar como fonte de informações gerais sobre a UnB, com disponibilidade de acesso ao *site* da universidade; apoiar programas de pesquisa, ensino, extensão e assistência estudantil, que estejam vinculados ao sistema de cotas; contratar três estudantes cotistas que secretariem o CCN e orientem os visitantes e aos demais estudantes cotistas, quanto aos serviços prestados no espaço. Essa contratação envolve três bolsas de estágio, com carga horária máxima de 20 horas semanais; realizar outras atividades acadêmicas direcionadas à comunidade interna ou externa da UnB, com a finalidade de apoiar o processo de implementação e consolidação do sistema de cotas na universidade (JESUS, 2007).

De acordo com o Ato da Reitoria nº 2.162/2006 é responsabilidade da Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas a administração do Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília. Portanto, pode-se concluir que o CCN é um espaço de extrema importância para os cotistas da UnB, já que se configura como um espaço voltado para esse segmento e trabalha com a finalidade de oferecer ferramentas para que o grupo se identifique como par fortaleça sua identidade e dessa forma possa ter argumentos sistemáticos de defesa das políticas de ações afirmativas, especialmente da política de cotas, tornando o espaço universitário mais democrático e equânime. (JESUS, 2007).

3.4.3 - A Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas da Universidade de Brasília

Assessoria de Diversidade e Apoio aos estudantes cotistas da UnB surgiu em 2006, após a instituição do Ato 370/2006 no gabinete do Reitor. O Presidente da Fundação e Reitor da Universidade de Brasília estabelece as seguintes finalidades, para a Assessoria: assessorar o reitor nas questões referentes à diversidade na UnB; estimular o respeito e a valorização dos direitos humanos; acompanhar os estudantes oriundos do sistema de cotas para negros, desde o ingresso na UnB; coordenar o Centro de

Convivência Negra; formular, fomentar e executar programas de gestão da diversidade no ambiente acadêmico; buscar parcerias internas e externas à UnB a fim de viabilizar apoio financeiro aos estudantes cotistas; participar de discussões relativas à inclusão de populações historicamente discriminadas (UNB, 2006).

É válido reafirmar que o caráter estrutural do racismo e da discriminação apresenta desafios no ingresso e na permanência dos estudantes negros que demandam parcerias dentro e fora do espaço universitário. Nesse sentido, a Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas foi criada com o objetivo de lidar com essa questão. As instalações da Assessoria estão localizadas no prédio do Centro de Convivência Negra e dispõem de ferramentas como sala de vídeo e biblioteca. Procura coordenar diversos projetos voltados à inclusão racial, tais como: a busca por oportunidades de estudos, a negociação de bolsas de estágio e pesquisa, a difusão de informações por meio de páginas na internet, a formação de grupos de discussão, a realização de reuniões com pessoas da universidade e da comunidade externa, a promoção de debates com grupos brasileiros e estrangeiros (UNB, 2006).

No âmbito administrativo, pode-se afirmar que a Assessoria foi criada com o intuito de possibilitar uma gestão centralizada, nos assuntos referentes aos alunos que ingressaram na Universidade de Brasília, pelo do sistema de cotas. Essa centralização permitiu maior organização do enfrentamento das questões pertinentes a esse segmento específico da universidade. Pode-se destacar que a principal meta da Assessoria é a formação de um ambiente de investimento na diversidade, por meio da valorização do negro e de sua figura na vida acadêmica. Visa, portanto, propagar os princípios de justiça e igualdade, como direito de todos e para toda a sociedade (UNB, 2006).

É importante salientar que a Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas não se relaciona apenas à entrada dos estudantes no sistema. Além do ingresso, existe uma preocupação com o acompanhamento do estudante dentro dessa política pública objetivando formar profissionais que, no futuro, estarão capacitados para inserção no mercado de trabalho ou continuarão nas atividades de pesquisa no âmbito acadêmico. Além disso, a Assessoria deu mais um importante passo na divulgação do sistema de cotas. Houve a elaboração de um folder explicativo, contendo informações sobre os critérios de acessibilidade do sistema de cotas, bem como um breve histórico da luta da população negra pelo acesso ao ensino superior (UNB, 2006).

Os referidos folders são destinados aos estudantes do ensino médio de escolas públicas e particulares, de supletivos e de cursinhos pré-vestibulares. A linguagem utilizada nesses folders é apropriada para essa faixa-etária, e a intenção é estimular os estudantes negros de diversas esferas a prestar o vestibular da Universidade de Brasília, utilizando o sistema de cotas. Pode-se afirmar que essa é a primeira vez que uma universidade pública do país confecciona um material com esse conteúdo, e tal iniciativa é fundamental para a divulgação e consolidação da política (UNB, 2006).

Nesse sentido, a Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas tem-se configurado como uma iniciativa inovadora na busca pela garantia da permanência desses estudantes na Universidade. Suas ações se fundamentam nos princípios de igualdade, valorização da diversidade, e se voltam para aqueles que estiveram, historicamente, sub-representados socialmente. Dessa forma, várias instituições que adotam a política de cotas no país têm se inspirado nessa iniciativa e têm buscado dar respostas aos seus estudantes cotistas seguindo os mesmos princípios da assessoria.

4. CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DAS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA AO SISTEMA DE COTAS

4.1 - A perspectiva dos coordenadores sobre as respostas institucionais da Universidade de Brasília ao sistema de cotas.

Conforme já foi exposto, o trabalho de campo desse estudo foi realizado na Universidade de Brasília. Isso ocorreu por quatro motivos. O primeiro refere-se ao fato de essa instituição, atualmente, ser considerada uma referência nacional na implementação das políticas de ações afirmativas, tendo sido uma das pioneiras a adotar o sistema de cotas. O segundo ocorre, pois a UnB é uma das dez universidades brasileiras que abriga e atualmente financia o Programa Afroatitude, visando garantir a permanência dos estudantes cotistas na universidade por meio de atividades de ensino, pesquisa e monitoria.

O terceiro, por sua vez, se dá, visto que a instituição tem buscado dar respostas aos universitários cotistas, com a finalidade de efetivar a sua estada e fortalecer a sua identidade negra, por meio de iniciativas como o Centro de Convivência Negra e a Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas. Logo, existe a necessidade de se analisar em que medida, na perspectiva dos coordenadores e estudantes beneficiários, esses propósitos estão sendo efetivados. O quarto, por fim, é estabelecido, já que permite a realização de um estudo de caso, em profundidade, o qual pode servir de parâmetro para futuras análises nas demais universidades do país. É oportuno enfatizar que para a execução da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores do Programa Afroatitude, do CCN e da Assessoria.

No que concerne às categorias de análise que nortearam a elaboração da entrevista semi-estruturada, pode-se apontar como principais: a garantia de permanência dos estudantes cotistas da universidade, bem como o fortalecimento da identidade negra. Dentro dessas categorias, foram elencadas as seguintes subcategorias: o perfil socioeconômico dos estudantes; os principais gastos que esses alunos têm na universidade; a suficiência da bolsa assistencial em suprir tais despesas; a disponibilidade de bolsas de iniciação científica, estágio e monitoria oferecida aos

estudantes cotistas; os critérios de acesso a essas bolsas; o desempenho acadêmico dos alunos beneficiários; a questão da identidade negra.

Com base nas informações colhidas nas entrevistas, pode-se afirmar que o perfil socioeconômico dos estudantes beneficiários, de acordo com os coordenadores, é baixo, quando comparado ao dos demais alunos da universidade. Os relatos dispostos a seguir ratificam essa afirmação:

[...] os alunos que participam do Afroatitude são dos grupos 1 e 2, da Universidade, dividido pela própria DDE, que é o grupo socioeconômico de baixa renda 1 e baixa renda 2, em sua grande maioria [...] (Entrevistado 2).

A renda, em média, é um pouco inferior a dos demais alunos brancos, 45% deles tem uma renda inferior aos 1500 reais, os brancos tem uma renda um pouco maior que essa, se não me engano, mais de 40% dos brancos tem uma renda superior a 2500 reais, então existe certa diferença econômica (Entrevistado 3).

Com base nos dados, observou-se, também, que dentre os principais gastos que os estudantes têm na universidade, estão as despesas com material bibliográfico, como livros e cópias, com o transporte e alimentação. Outra informação obtida das entrevistas é que muitos desses alunos auxiliam e complementam a renda familiar, destinando parte do rendimento advindo da bolsa ao pagamento de dívidas familiares. Para corroborar tal alegação pode-se destacar o seguinte trecho da entrevista:

[...] existem custos com xerox, alguns alunos tem gastos por semestre se mais de 100 reais com xerox, tem o custo de passagens, tem o custo com a alimentação, embora a grande maioria seja bolsista e tenha a garantia do RU, então a grande maioria come no RU, onde o grupo 1 come a 50 centavos e o grupo dois a 01 real. Então a alimentação acaba não saindo muito cara, mas, por exemplo, quando o RU entra de greve, e não tem só o almoço, tem um lanche, tem passagem. [...] porque muitas vezes ele usa esse dinheiro para ajudar em casa, então não é um dinheiro que só é usado pra academia, pra UnB, muitas vezes esse é um dinheiro que ele ajuda em casa, ajuda a mãe, ajuda um irmão, então acaba que esse dinheiro acaba contribuindo de alguma forma na renda da família (Entrevistado 2).

No que se refere à suficiência das bolsas oferecidas para suprir os gastos acima mencionados pode-se afirmar que na perspectiva dos coordenadores, ela não é suficiente

para cobrir todas as despesas, entretanto, ela é primordial para que esses alunos se mantenham na universidade. Cabe salientar que o valor da bolsa oferecida é de R\$ 300,00 tanto para os alunos do Programa Afroatitude, quanto para os alunos estagiários do Centro de Convivência Negra. Nesse sentido é interessante mostrar as seguintes falas:

Não, suficiente ela não é. Porque é uma bolsa de 300 reais, mas ela é essencial, é fundamental, mas a gente sabe que ela é uma bolsa que não cobre todos os custos (Entrevistado 2).

[...] então a gente sabe que esse dinheiro não é suficiente, o ideal é que fosse maior, pela nossa vontade essa bolsa seria maior, seria uns 450 ou 500 reais, e ainda sim a gente sabe que não seria suficiente para o aluno só estudar e ficar tranqüilo e desenvolver todo o potencial acadêmico que ele tem (Entrevistado 1).

Quanto ao número de vagas para participar de tais iniciativas, pode-se afirmar que é insuficiente, já que a cada semestre ingressam na universidade, um número significativo alunos cotistas, e a quantidade de vagas disponíveis é 39 no total, sendo 36 do Programa Afroatitude e três dos estágios do Centro de Convivência Negra. O Afroatitude costumava oferecer 50 vagas para iniciação científica, ensino e extensão. Esse número foi reduzido, entretanto, desde que o financiamento feito pelo Ministério da Saúde terminou.

Logo, pode-se afirmar que o número de cotistas beneficiados é baixo. Observou-se, ainda, que para ser considerado satisfatório, o número de vagas deveria ser triplicado, mas para tal, toda a estrutura dessas iniciativas deveria ser repensada, com a finalidade de aumentar o financiamento, ampliar os recursos físicos e humanos, para que o atendimento seja de qualidade. Foi constatado, igualmente, que com a estrutura e com os recursos disponíveis atualmente, não existe a possibilidade de aumento no número de vagas. No que tange aos critérios de acesso ao Programa Afroatitude e aos estágios do CCN, existe a constatação de que são priorizados os alunos que se interessam pelas áreas temáticas trabalhadas e possuem disponibilidade de carga horária. É levada em consideração, também, como critério de acesso também, a necessidade da bolsa como condição para que o estudante possa se manter na universidade.

Por fim, acerca da identidade negra, foi verificado que tais iniciativas contribuem para o fortalecimento da identidade negra dos alunos cotistas participantes, visto que tais iniciativas criam um espaço especialmente voltado para o negro, no qual ele pode trabalhar, suas questões intrínsecas como: a trajetória de exclusão que a população negra historicamente enfrentou a questão da vulnerabilidade desse segmento frente a algumas epidemias e doenças específicas, as práticas de racismo e a discriminação a eles dirigidas, dentre outras. Tais iniciativas incitaram nos alunos a sensação de pertencimento de grupo, por meio de discussões, pesquisas e debates que promoveram aumento da auto-estima e um fortalecimento da identidade negra desses estudantes. Tal prerrogativa pode ser constatada no seguinte trecho:

[...] cria-se a oportunidade de estar em grupo, então eles estão tendo oportunidade de se reunir em grupos, de se reunir em pares, com pessoas que tem o mesmo sofrimento, que passaram pela mesma história de preconceito, todos em algum momento, foram vítimas de algum tipo de preconceito, de alguma dificuldade no que diz respeito a oportunidade de acesso, então é um lugar onde você se encontra de certa forma acolhido, um espaço que você pode estar discutindo a sua condição, a sua identidade e ta trabalhando isso, e estar refletindo, opa tem alguma coisa errada, muitos deles quando chegaram aqui, não se via como negros, mesmo quando optaram no vestibular, pelo sistema de cotas, passaram a se ver como negros depois que aqui se reuniram. Não viam o sistema de cotas como uma política, viam o sistema de cotas como qualquer outra coisa, menos como uma política, não sabia o peso que era isso, quanto ação afirmativa, não sabiam o quanto de história e o quanto de luta vinha por trás dessa política, então isso tudo é o maior ganho é essa oportunidade de estar partilhando essas categorias e de estar partilhando juntos (Entrevistado 3).

Outro aspecto a ser considerado é que tais iniciativas contribuem, também, para o fortalecimento da identidade negra dos demais estudantes cotistas da universidade, os quais não são beneficiários diretos do Centro de Convivência Negra e do Programa Afroatitude. No que se refere ao CCN, pode-se afirmar que isso ocorre, pois esse espaço funciona como um núcleo de referência do negro, fazendo com que os demais cotistas sintam-se acolhidos e prestigiados mesmo que não freqüentem o espaço assiduamente. Já o Afroatitude, ao desenvolver projetos e pesquisas científicas, divulga os trabalhos feitos por esses alunos. Isso mostra que os estudantes cotistas da UnB estão junto com os professores e acadêmicos, fazendo ciência e, dessa forma, ajudando a compor a elite

intelectual brasileira. Nesse sentido, a imagem dos cotistas é prestigiada e vista de forma positiva.

Em relação à Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas pode-se apontar que essa tem se constituído numa ponte entre os estudantes cotistas e a Reitoria da UnB. Tem buscado estabelecer parcerias dentro e fora da universidade, com vistas a garantir e ampliar número de bolsas existentes, por meio de articulações e estratégias institucionais, visando, assim, garantir a permanência dos cotistas. A respeito do fortalecimento da identidade negra, a Assessoria tem buscado legitimar e consolidar as iniciativas já existentes, como o CCN e o Afroatitude, por meio da promoção de seminários, encontros, palestras que trabalham as questões pertinentes ao negro para, a partir delas, fortalecer a identidade desses cotistas.

4.2 – A perspectiva dos alunos cotistas do Programa Afroatitude e do Centro de Convivência Negra, sobre as respostas institucionais da Universidade de Brasília ao sistema de cotas.

Para a análise dos questionários dos alunos do Programa Afroatitude e do Centro de Convivência Negra, foram utilizados os mesmos eixos temáticos de análise dos roteiros de entrevistas, sendo eles: a permanência do estudante cotista na universidade e o fortalecimento da sua identidade negra. As perguntas destinaram-se ao conhecimento das seguintes categorias: sexo; auto-definição étnica dos alunos; tempo de participação nos programas; situação socioeconômica; ocorrência de práticas de racismo no ambiente universitário; gastos que eles têm na universidade; suficiência da bolsa em cobri-los; questão da identidade negra, e o seu fortalecimento; bem como suas perspectivas em relação às respostas institucionais que a UnB tem dado ao sistema de cotas. Por fim, foi pedido que aos alunos que indicassem as medidas que a universidade deveria tomar, no sentido de garantir a permanência e fortalecer a identidade negra dos estudantes cotistas.

Com base nos dados, verificou-se que dos estudantes que participaram da pesquisa, 39% eram do sexo masculino e 61% do sexo feminino. Sobre à auto-definição étnica, pode-se afirmar que cerca de 60% se declarou como preto, enquanto 40% se auto-classificou como pardo, segundo os critérios de classificação do IBGE. Já em relação ao tempo de participação nos programas, 22% dos alunos fazem parte dos

programas há pelo menos três anos, 52% participam há pelo menos dois anos, 17% estão no programa há um ano, e por fim, 9% entraram no Afroatitude ou no estágio do CCN há menos de um ano.

Em relação às condições socioeconômicas dos alunos, constatou-se que 65% deles pertencem ao grupo 1, enquanto 30% insere-se no grupo 2 e 5% ao grupo 3, segundo a classificação socioeconômica da DDE. No que se refere à ocorrência de práticas de racismo na universidade 96% dos estudantes afirmaram já terem presenciado, sofrido ou tomado conhecimento de alguma prática de racismo na UnB. Desses, 47% relataram que já ouviram piadas e comentários racistas a seu respeito ou, ainda, declararam a existência de pichações de cunho discriminatório nas portas dos banheiros da universidade.

No que tange exclusivamente ao racismo institucional, cerca de 43% dos alunos caracterizaram como prática desse tipo de racismo, o atraso na concessão das bolsas de iniciação científica, mensalmente já que segundo os alunos, as demais bolsas financiadas pela instituição não atrasam. Acerca da forma que os estudantes empregam o dinheiro da bolsa que recebem, pode-se afirmar que o principal gasto é com transporte, seguido por material bibliográfico, como livros e cópias, despesa com alimentação e por outros custos domésticos como contas de água, luz e telefone. Quanto à suficiência da bolsa que recebem (R\$ 300,00) para cobrir tais gastos, 79% dos estudantes afirmaram que ela é insuficiente para cobrir seus gastos, enquanto 21% afirmaram que ela é suficiente para tal.

Sobre a questão do fortalecimento da identidade negra, 90% dos estudantes que participaram da pesquisa alegaram que a partir da sua experiência com o Programa Afroatitude ou com o estágio no Centro de Convivência Negra, a sua identidade negra foi fortalecida. É pertinente destacar, ainda, que 5% dos alunos afirmaram que a sua identidade negra não foi fortalecida e mais 5% não souberam responder a questão.

Para corroborar a afirmação acerca do fortalecimento da identidade negra, destacam-se os seguintes trechos:

Essa iniciativa fortaleceu a minha identidade negra, uma vez que a discussão, as lutas comuns, os debates, os embates, a resistência e principalmente a convivência com pessoas negras estimularam em mim uma postura reflexiva e afirmativa (Aluno 8).

Com toda certeza minha identidade negra foi fortalecida. A partir da UnB e do Afroatitudo em especial, a minha auto-estima elevou-se. O Afroatitudo me ajudou a compreender melhor os problemas complexos vivenciados pelo negro no Brasil e contribuiu para a construção e valorização da minha identidade negra (Aluno 17).

Minha identidade negra aumentou porque aumentou em mim a discussão sobre temáticas raciais. As desigualdades foram compreendidas com um viés racial e o preconceito identificado e desconstruído revelando a verdadeira face e beleza da pessoa negra (Aluno 3).

Tomando como base essas afirmações, pode-se afirmar que, na visão dos alunos as iniciativas, adotadas pela UnB são suficientes para o fortalecimento da identidade negra dos estudantes cotistas. Acerca das perspectivas dos alunos, em relação às respostas institucionais tomadas pela UnB para assegurar a permanência dos alunos cotistas na universidade, pode-se afirmar que 69% desses, consideram-nas insuficientes, enquanto 17% acreditam que são suficientes e, ainda, 14% acham que as respostas são pouco suficientes e deveriam ser ampliadas. A esse respeito pode-se apontar os seguintes trechos:

A UnB não faz programas específicos para a permanência do aluno cotista. O programa que existe considera apenas as condições econômicas para a seleção. O Afroatitudo foi iniciativa do Ministério da Saúde e só foi assumido, agora, pela UnB, por falta de opção, pois não havia mais financiador (Aluno 3).

A UnB não oferece meios. São mais de 2000 cotistas e apenas alguns tem bolsa, a grande maioria não recebe nenhuma assistência da universidade (Aluno 4).

Não oferece meios. As cotas são mais uma política de promoção da imagem positiva da UnB do que uma demonstração de preocupação com a desigualdade racial na sociedade. É tanto que ela não fornece condições para redução das mesmas desigualdades dentro da universidade (Aluno 13).

A UnB oferece meios se olharmos o CCN e o Programa Afroatitudo, mas isso não contempla nem 5% dos estudantes cotistas que entram na universidade todos os semestres (Aluno 5).

A UnB não oferece meios de forma alguma, permanência não é meramente bancar assistência financeira, mas também a transformação contínua do ambiente visando à inclusão universal do indivíduo nos contextos e espaços sociais (Aluno 8).

Logo a percepção da maioria dos alunos cotistas que participaram da pesquisa é a de que a UnB não garante a sua permanência na universidade por meio das respostas institucionais já implementadas.

4.3 – Conclusões e Ressalvas

A partir da análise dos dados obtidos pode-se concluir que a hipótese levantada por essa pesquisa foi parcialmente refutada. Isso ocorre, pois na perspectiva dos alunos e coordenadores participantes, as respostas institucionais que a Universidade de Brasília tem adotado como o Programa Afroatitude o Centro de Convivência Negra e a Assessoria de Apoio aos cotistas, tem sido suficientes para fortalecer a identidade negra desses alunos, entretanto tem se mostrado insuficientes, no sentido de garantir a permanência dos mesmos na universidade.

Pode-se afirmar que os coordenadores das referidas iniciativas, e os estudantes beneficiários compartilham da mesma perspectiva. Alegam que o número de bolsas assistenciais oferecidas pela universidade ainda é muito baixo, quando considerados o total de estudantes cotistas que precisam da bolsa. Outro ponto que merece destaque é o valor da bolsa, R\$ 300,00, que é considerado pelos dois grupos como baixo e insuficiente

para suprir as necessidades que os estudantes têm no ambiente universitário e ainda para despesas que eles têm fora da UnB. Apesar de esse valor ser baixo, tanto os alunos quanto os gestores afirmam que a bolsa oferecida é fundamental para esses estudantes continuem na universidade e desenvolvam o seu potencial acadêmico. No entanto, existe um consenso no que se refere à necessidade de aumento no número de vagas, e no valor das bolsas concedidas.

Em relação à identidade negra, os estudantes e coordenadores também concordam com o fato de que as iniciativas do Afroatitude, do Centro de Convivência Negra e da Assessoria de Apoio aos cotistas funcionam como mecanismos efetivos de fortalecimento dessa categoria. Isso pode ser constatado, pois propiciam espaços de trocas de experiências entre os pares, que passam a se identificar entre si, construindo,

dessa forma um sentimento de pertencimento de grupo, que, por sua vez, ocasiona um aumento na auto-estima e o fortalecimento da identidade negra entre eles.

É preciso destacar, contudo, que os estudantes participantes dessa pesquisa constituem uma amostra pequena, quando considerados todos os estudantes cotistas da Universidade. Logo, os principais achados desse estudo apontam para a necessidade de realização de novas pesquisas complementares, a fim de avançar nos conhecimentos acerca dessa realidade. Outro fato, que merece destaque é que a UnB tem procurado criar novas respostas que se relacionam diretamente com essa temática como o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial, inaugurado em 2007, que merecem ser analisadas posteriormente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi discutido anteriormente, o negro brasileiro historicamente viveu em situação de desvantagem social quando comparado ao branco. Inicialmente foi submetido a uma escravidão expressa, servindo de mão-de-obra escrava, ao longo de três séculos. Com o fim do regime escravocrata essa situação não se alterou e o negro continuou ocupando os piores índices de desenvolvimento social, e econômico. No âmbito educacional, as desigualdades se acentuam e denotam que os negros possuem um atraso substantivo em relação aos brancos.

Na década de 90, o problema das desigualdades étnico raciais assumiu um lugar de destaque nos debates promovidos pela sociedade brasileira. Os dados qualitativos e quantitativos das disparidades entre as populações brancas e negras foram divulgados e revelaram que os negros vivem numa situação de vulnerabilidade social, que necessitava ser reestruturada, nos âmbitos estatais e civis. A democracia racial brasileira foi encarada como um mito e o ideal de branqueamento foram amplamente criticados na sociedade. As políticas sociais de caráter universalista foram questionadas, pois se percebeu que tais estratégias de enfrentamento não estavam atingindo todos os segmentos populacionais, especialmente a população negra. O Estado brasileiro passa a reconhecer a sua imensa dívida histórica para com a população negra, devido ao fato de ter usado a mão-de-obra africana como força de trabalho, por centenas de anos.

Como forma de reparação dessa dívida, o Estado passa a utilizar as ações afirmativas, que são políticas sociais de caráter focalizador, como forma de diminuir as desigualdades históricas existentes entre negros e brancos e democratizar o acesso aos bens públicos. Uma das formas de operacionalização de tais políticas são as cotas raciais que destinam uma parcela das vagas disponíveis em vestibulares ou concursos de instituições públicas, para grupos que historicamente foram sub-representados. A partir daí várias instituições brasileiras passam a adotar o sistema de cotas como critério de acesso ao ensino superior.

Nesse sentido a Universidade de Brasília implementa, em 2006, o sistema de cotas, reservando 20% das vagas dos vestibulares a alunos negros e pardos. Tal medida teve como finalidade a diminuição das desigualdades raciais presentes no espaço universitário brasileiro e o aumento da participação negra no ensino superior. A UnB

possui atualmente cerca de 2000 cotistas que se distribuem entre os diversos cursos. O nível de renda desses estudantes, entretanto, é baixo e por isso se faz necessária a implementação de políticas de assistência estudantil na universidade, com vistas à garantia da permanência desses estudantes na universidade. (CÉSAR, 2005).

Para esse fim, a UnB tem buscado das respostas institucionais, visando garantir a permanência dos estudantes cotistas e fortalecer a identidade negra dos mesmos, por meio da criação do Centro de Convivência Negra, da Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas e da implementação e financiamento do Programa Afroatitude. Essa pesquisa buscou analisar em que medida essas respostas institucionais, na perspectiva dos coordenadores dos programas e dos alunos beneficiários, tem assegurado a permanência e garantido a identidade negra desses estudantes. Os resultados desse estudo mostraram que na visão desses atores tais iniciativas, são insuficientes para garantir a permanência dos cotistas na instituição, mas em contrapartida, tem sido suficientes para fortalecer a sua identidade negra.

A partir dessas constatações, foi solicitado aos alunos que eles escolhessem algumas medidas, que na opinião deles, deveriam ser tomadas pela Universidade de Brasília, no sentido de ampliar e efetivar a inclusão dos estudantes cotistas no espaço acadêmico. Dentre elas destacam-se: a continuidade e ampliação das bolsas oferecidas; a promoção de encontros nacionais de alunos cotistas, a fim de que os alunos possam trocar experiências acerca das instituições participantes; a capacitação dos professores e funcionários, em geral, para que possam estar desconstruindo seus preconceitos e colaborando para o fim da ocorrência de práticas racistas no ambiente universitário; a melhoria do acervo bibliográfico, com a inauguração de uma nova ala na biblioteca que trate diretamente de questão racial; o oferecimento de apoio psicológico aos alunos cotistas que apresentem um quadro depressivo, devido à ocorrência de práticas racistas ou algum outro motivo, vinculado a sua condição étnica; uma maior divulgação dos trabalhos científicos realizados pelos estudantes cotistas da UnB; a inclusão de matérias relacionadas ao negro e sua trajetória, nos currículos, como disciplinas obrigatórias, a fim de que os demais alunos da instituição entrem em contato com as questões pertinentes ao negro e desconstruam seus preconceitos, visando uma diminuição da ocorrência de práticas racistas no ambiente universitário; e por fim, o apoio e

financiamento de atividades culturais, relacionadas aos negros, com o objetivo de se valorizar e exaltar a cultura afro-brasileira.

Portanto, pode-se concluir que é num contexto de construção de novos conceitos e paradigmas que o sistema educacional brasileiro deve redefinir-se. As universidades devem levar em consideração as questões sociais que historicamente se colocam na sociedade e incorporar os anseios e as aspirações sociais, a fim de tornar o ambiente universitário um espaço efetivamente democrático. Para tal, deve articular e instituir medidas eficazes de valorização da diversidade e de enaltecimento do multiculturalismo.

O sistema de cotas está abrindo caminho para que as demais políticas de ação afirmativa sejam introduzidas na educação superior. É importante considerar que tais políticas se configuram como um marco na efetivação dos direitos sociais dos negros, que historicamente, foram excluídos e marginalizados nos espaços sociais. Apesar de já terem sido dados alguns e importantes passos nesse sentido, percebe-se que ainda existe um longo caminho a ser percorrido na luta pela promoção da igualdade racial.

Nesse contexto, a Universidade de Brasília é considerada uma referência por ter sido uma das pioneiras na implementação do sistema de reserva de vagas. Nota-se, contudo, que tais políticas quando tomadas de forma isolada não são eficazes, para produzir uma mudança social, elas devem ser acompanhadas de outras ações que assegurem a permanência desses estudantes na universidade. Nesse sentido, o montante de recursos destinados a esse público deve ser ampliado, a fim de que as condições socioeconômicas não se configurem como um fator limitante desses alunos. Assim sendo, é fundamental que a UnB disponha de uma infra-estrutura para viabilizar o acesso aos bens educacionais, contribuindo, de fato, para a construção de uma sociedade mais diversa, democrática, multicultural, justa e equânime.

6. Referências Bibliográficas

ALBENAREZ *et al.* Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. In **Pesquisa e planejamento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, Vol 23 nº 3, 2002.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Brasiliense, 1995

BRASIL, Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Afroatitudo: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/BRASILAFROATITUDE>. Acessado em: 17 de outubro de 2007.

BRESSAN, Flávio. O Método do Estudo de Caso. In **Administração On Line**. Vol. 1, nº 3, São Paulo, 2000.

CESAR, Raquel Coelho Lenz. Ações afirmativas no Brasil: e agora doutor? **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.27, n.195, 2005.

D'ADESKI, Jacques. Racismos e Anti-racismos no Brasil. In **Pluralismo étnico e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DAFLON, Verônica Toste. Ação Afirmativa no Ensino Superior: sumério da situação atual. **Ensaio e Pesquisas**, v. 7, Rio de Janeiro, 2007.

ESCOBAR, Micheli Ortega. **A produção de conhecimento em Educação Física e o Materialismo Histórico Dialético como método**. Salvador: Faced, 2002.

GODOY, Arenida Schimidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In **Revista de Administração de Empresas**. Vol. 35, nº 3, São Paulo, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, n.102, 2002.

IBGE, (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2002. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio – PNAD**, Brasil, 2002.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

JACCOUD, Luciana; THEODORO, Mário. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. In **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

JESUS, Jaques. **Admissão: Sistema de Cotas para Negros**. Brasília: UnB, 2006. Disponível em: < http://www.unb.br/admissao/sistema_cotas/>. Acessado em: 25 de outubro de 2006.

_____. **Admissão: Centro de Convivência Negra**. Brasília: UnB, 2006. Disponível em: < http://www.unb.br/admissao/sistema_cotas/ccn.php>. Acessado em: 3 de novembro de 2007.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. **A construção do Saber, manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PAIXAO, Marcelo. **Manifesto anti-racista: idéias de uma utopia chamada Brasil**. DP&A; LPP/ UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, João Batista Borges. O negro e a identidade racial brasileira. In **Racismo no Brasil**. São Paulo: ABONG, 2002.

PETRUCCELLI, José Luiz. Mapa da cor no ensino superior brasileiro. **Ensaios e Pesquisas**, v. 5, Rio de Janeiro, 2004.

REZENDE, Maria Alice. A política de cotas para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, João Paulo de Faria. **Ações Afirmativas e igualdade racial, a contribuição do direito na construção de um Brasil diverso**. São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, Mário Ângelo; Luiz Cristiana dos Santos. Afroatitudo nas Universidades: ensino, pesquisa e extensão. In **Congresso brasileiro de Prevenção das DST e AIDS**, nº 29. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://sistemas.aids.gov.br/congressoprev2006/Html/resumo163>>. Acessado em: 3 de novembro de 2007.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano. Como aumentar a proporção de estudantes negros na Universidade? **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, nº 128, São Paulo, 2006.

UNB, Assessoria de Apoio aos Cotistas. **Folheto sobre as funções da Assessoria**. Brasília, 2006.

UNB, Secretaria de Comunicação. Afroatitudo começa na Universidade de Brasília. In **UnB Agência**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag0305-18.htm>>. Acessado em 3 de novembro de 2007.

UNB. Ato da Reitoria nº 370/2006. Brasília, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário dos alunos estagiários do Centro de Convivência Negra

1) Como você se auto define?

01- () preto

02- () branco

03- () pardo

04- () indígena

05- () asiático

2) Há quanto tempo você faz estágio no Centro de Convivência Negra?

3) De que forma você tomou conhecimento do estágio?

01- () algum funcionário da UnB entrou em contato com você.

02- () por meio de folders, cartazes espalhados pelo campus da UnB.

03- () por indicação de algum amigo.

03- () por iniciativa própria (você procurou saber se existia alguma atividade voltada para o estudante cotista, na UnB).

04- () outra forma _____

4) Você é de qual grupo?

01- () grupo 1

02- () grupo 2

03- () grupo 3

5) De acordo com os seus conhecimentos, defina o racismo.

6) Você já sofreu, presenciou, ou tomou conhecimento de alguma prática racista, dentro da UnB? Comente.

7) De acordo com seus conhecimentos, o que é identidade negra?

8) Acerca da bolsa de estágio que você recebe do Centro de Convivência Negra, você a considera:

01- () suficiente para cobrir meus gastos na UnB.

02- () insuficiente para cobrir meus gastos na UnB.

9) Quais as temáticas que você acredita que deveriam ser mais discutidas pelo Centro de Convivência Negra da UnB, nos Seminários, Conferências ou atividades culturais, por exemplo? (Por favor, enumere pelo menos 3, colocando-as na ordem de 1 a 3, sendo que a 1 deve ser atribuída ao que você julga mais importante e 3 à menos importante.

10) Ainda no que se refere a bolsa de estágio, que você recebe do Centro de Convivência Negra, ela geralmente é empregada em quais das seguintes categorias, listadas abaixo. (Por favor, enumere segundo na ordem de 1 a 4, sendo que o 1 deve ser atribuído a categoria que você mais gasta, e 4 a que você menos gasta)

01- () materiais bibliográficos (livros, xerox, impressões)

02- () alimentação

03- () transporte

04- () outros _____

11) Você acredita que a UnB oferece meios, que possibilitam a permanência do estudante cotista dentro da universidade? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

12) Sugira pelo menos três medidas que deveriam ser tomadas pela UnB, no sentido de ampliar e garantir a permanência do estudante cotista na Universidade e ainda fortalecer a identidade negra dos mesmos.

13) Você acredita que o Centro de Convivência Negra, de alguma forma contribuiu para o fortalecimento da sua identidade negra? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

14) Você acredita que o Centro de Convivência Negra, de alguma forma contribui para o fortalecimento da identidade negra dos demais alunos negros da UnB? Se sim, de que forma? Se não, Por quê?

Anexo 2 – Questionário dos Alunos do Programa Afroatitude

1) Sexo:

01- () Masculino

02- () Feminino

2) Como você se auto define?

01- () preto

02- () branco

03- () pardo

04- () indígena

05- () asiático

3) Há quanto tempo você participa do Afroatitude?

4) De que forma você tomou conhecimento do Afroatitude?

01- () algum funcionário da UnB entrou em contato com você.

02- () por meio de folders, cartazes espalhados pelo campus da UnB.

03- () por indicação de algum amigo.

03- () por iniciativa própria (você procurou saber se existia alguma atividade voltada para o estudante cotista, na UnB).

04- () outra forma _____

5) Você é de qual grupo?

01- () grupo 1

02- () grupo 2

03- () grupo 3

6) De acordo com os seus conhecimentos, defina o racismo.

7) Você já sofreu, presenciou, ou tomou conhecimento de alguma prática racista, dentro da UnB? Comente.

8) Você já sofreu, presenciou, ou tomou conhecimento de alguma prática de racismo institucional, dentro da UnB? Comente.

9) De acordo com seus conhecimentos, o que é identidade negra?

10) Destaque, pelo menos três das temáticas mais amplamente discutidas pelo Afroatitude, nas atividades e discussões semanais. (Por favor, enumere na sequência de 1 a 3, sendo 1 a que você julga mais importante, e 3 a menos importante).

11) Acerca da bolsa que você recebe do programa Afroatitude, você a considera:

01- () suficiente para cobrir meus gastos na UnB.

02- () insuficiente para cobrir meus gastos na UnB.

12) Quais as temáticas que você acredita que deveriam ser mais discutidas pelo Afroatitude, nas atividades e discussões semanais? (Por favor, enumere pelo menos 3, colocando-as na ordem de 1 a 3, sendo que a 1 deve ser atribuída ao que você julga mais importante e 3 a menos importante).

13) Ainda no que se refere a bolsa que você recebe do Afroatitude, ela geralmente é empregada em quais das seguintes categorias, listadas abaixo. (Por favor, enumere segundo na ordem de 1 a 4, sendo que o 1 deve ser atribuído a categoria que você mais gasta, e 4 a que você menos gasta)

01- () materiais bibliográficos (livros, xerox, impressões)

02- () alimentação

03- () transporte

04- () outros _____

14) Você acredita que a UnB oferece meios, que possibilitam a permanência do estudante cotista dentro da universidade? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

15) Qual foi o tema do seu projeto de pesquisa, desenvolvido em parceria com o Afroatitude?

16) O Afroatitude influenciou de alguma forma a escolha do seu tema de pesquisa? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

17) Sugira pelo menos três medidas que deveriam ser tomadas pela UnB, no sentido de ampliar e garantir a permanência do estudante cotista na Universidade e ainda fortalecer a identidade negra dos mesmos.

18) Você acredita que o Afroatitude, de alguma forma contribuiu para o fortalecimento da sua identidade negra? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

Anexo 3 – Roteiro de Entrevista do Coordenador do Centro de Convivência Negra

1) Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo Centro de Convivência Negra?

2) Quantos alunos, em média, visitam o Centro de Convivência Negra, mensalmente?

3) Quais são as principais as principais temáticas trabalhadas pelo Centro de Convivência Negra?

4) Qual é o perfil dos alunos que freqüentam o Centro de Convivência Negra?

5) Você acredita que o Centro de Convivência Negra, contribui para o fortalecimento da identidade negra dos alunos cotistas? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

6) Você acredita que as iniciativas tomadas pela UnB são suficientes, no sentido de garantir a permanência dos alunos cotistas na universidade e fortalecer a identidade negra dos mesmos?

7) Que outras iniciativas você acredita que deveriam ser tomadas pela UnB, no sentido de garantir a permanência dos estudantes cotistas na universidade e fortalecer a identidade negra dos mesmos?

Anexo 4 – Roteiro de entrevista do Programa Afroatitude

1) Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo Afroatitude?

2) Quais são as principais as principais temáticas trabalhadas nas discussões semanais?

3) Qual é o perfil dos alunos que participam do Afroatitude?

4) A respeito da bolsa que os alunos recebem do Afroatitude, você a considera suficiente para suprir os gastos dos alunos na Universidade? Comente.

5) Qual é a fonte de financiamento da bolsa?

6) Você acredita que o número de vagas oferecidas pelo Afroatitude é suficiente para atender a demanda de alunos cotistas, no sentido de inserí-los em projetos de pesquisa e extensão na UnB? Comente

7) Você acredita que o Afroatitude contribui para o fortalecimento da identidade negra dos estudantes cotistas da UnB? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

8) Que outras iniciativas você acredita que deveriam ser tomadas pela UnB, no sentido de garantir a permanência dos estudantes cotistas na universidade e fortalecer a identidade negra dos mesmos?

Anexo 5 – Roteiro de entrevista da Assessoria de Diversidade e Apoio aos cotistas

- 1) Qual é o perfil do estudante cotista da UnB?

- 2) Quais são as iniciativas que a UnB tem adotado específicas aos estudantes que ingressaram na Universidade pelo sistema de cotas?

- 3) Quais tem sido os maiores problemas que os estudantes cotistas tem encontrado na UnB?

- 4) De que forma a UnB vem respondendo as práticas de racismo possivelmente constatadas na universidade?

- 5) De que forma a UnB tem buscado fortalecer a identidade negra dos estudantes cotistas?

- 6) Você considera que as medidas que estão sendo tomadas são suficientes para garantir a permanência dos estudantes cotistas na universidade e fortalecer a identidade negra dos mesmos?

- 7) Que outras medidas você acredita que deveriam ser tomadas a esse respeito?

